

PARECER INDEPENDENTE

sobre a 7ª emissão de títulos verdes da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (Taesa)¹

Valor da emissão: R\$ 800 milhões Prazo de vencimento: 15 de setembro de 2033 (1ª série)
15 de setembro de 2035 (2ª série)
15 de setembro de 2038 (3ª série)

Alinhamento com ODS



Alinhamento com categorias GBP/GLP

- Energia Renovável

GBP/GLP	Nível de alinhamento com as melhores práticas	Pontos Fortes	Pontos de Melhoria
1. Uso de recursos		<ul style="list-style-type: none"> ✓ 92% dos recursos direcionados para financiamento de gastos futuros e 8% para reembolsos referentes a gastos em infraestrutura e operação de linhas de transmissão conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN); ✓ 100% dos recursos serão alocados em CAPEX dos projetos elegíveis; ✓ Alocação completa dos recursos prevista para ocorrer até dezembro de 2025; ✓ Uso de recursos alinhado com <i>Green Bond Principles</i>, Taxonomia da EU e <i>Climate Bonds Initiative</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> * Linhas de transmissão não são dedicadas exclusivamente ao escoamento de energia limpa.
2. Seleção e avaliação de projetos		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Infraestruturas conectadas ao SIN, que tem fator de emissões em trajetória de redução e abaixo de 100 gCO₂e/kWh na média dos últimos 5 anos; ✓ Projetos contribuem para o aumento na capacidade de intercâmbio de energia entre todas as regiões brasileiras; ✓ Sistema de gestão ambiental da Taesa busca alinhamento com ISO 14001 (certificação prevista para dezembro/2023); ✓ Gestão de saúde e segurança busca alinhamento com ISO 45001 (certificação prevista para dezembro/2023); ✓ Companhia sem histórico de controvérsias ASG relevantes; ✓ Companhia realiza avaliação de riscos climáticos sobre os empreendimentos; ✓ 76% das geradoras utilizando as linhas da Taesa são considerados usuários verdes (2022). 	<ul style="list-style-type: none"> * A Taesa não apresentou evidências de que possui estratégias voltadas a adaptação de seus ativos às mudanças climáticas.
3. Gestão de recursos		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Debêntures incentivadas (Lei nº 12.341); ✓ Valor da emissão inferior ao custo total dos projetos elegíveis; ✓ Recursos financiarão partes distintas de projeto que foi alvo de outra emissão verde; ✓ Cláusulas de vencimento antecipado em caso de destinação de recursos diferente do previsto na escritura da emissão; ✓ Alocação temporária dos recursos em instrumentos com baixo risco de contaminação. 	
4. Relato		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Relato de indicadores financeiros e de impacto socioambiental ocorrerá anualmente até a alocação total dos recursos nos projetos; ✓ Alocação dos recursos será anualmente verificada pelo Agente Fiduciário; ✓ Indicadores de impacto socioambiental serão verificados por uma terceira parte no momento de verificação pós-emissão; ✓ Verificação externa em até 24 meses prevista na escritura da emissão; ✓ SPOs de pré e pós-emissão serão disponibilizados ao público. 	<ul style="list-style-type: none"> * Relato de alocação de recursos será disponibilizado apenas ao verificador externo e ao Agente Fiduciário.



GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DOS ATIVOS ELEGÍVEIS E DA EMPRESA

Pontos fortes:

- ✓ Sem histórico de controvérsias;
- ✓ Sem necessidade de reassentamento involuntário;
- ✓ Foram definidos programas voltados para antecipar e evitar, mitigar e compensar impactos socioambientais;
- ✓ Comunicação social prévia definida para os empreendimentos.

Pontos de melhoria:

- ✗ Foi identificada uma comunidade quilombola na área de influência direta do Projeto Pitiguarí;
 - ✗ Traçado da LT 500 kV Ponta Grossa - Assis (Projeto Ananai) intercepta área ocupada por comunidade tradicional;
 - ✗ Traçado da LT Norte-Sul II (Projeto Novatrans) intercepta território indígena;
 - ✗ LT Norte-Sul II escoa energia diretamente de hidrelétrica vinculada a controvérsias socioambientais;
 - ✗ Projetos interceptarão e impactarão unidades de conservação, sítios arqueológicos e outras áreas sensíveis.
-

¹ 14ª (Décima Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia, em até Três Séries, para Distribuição Pública, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

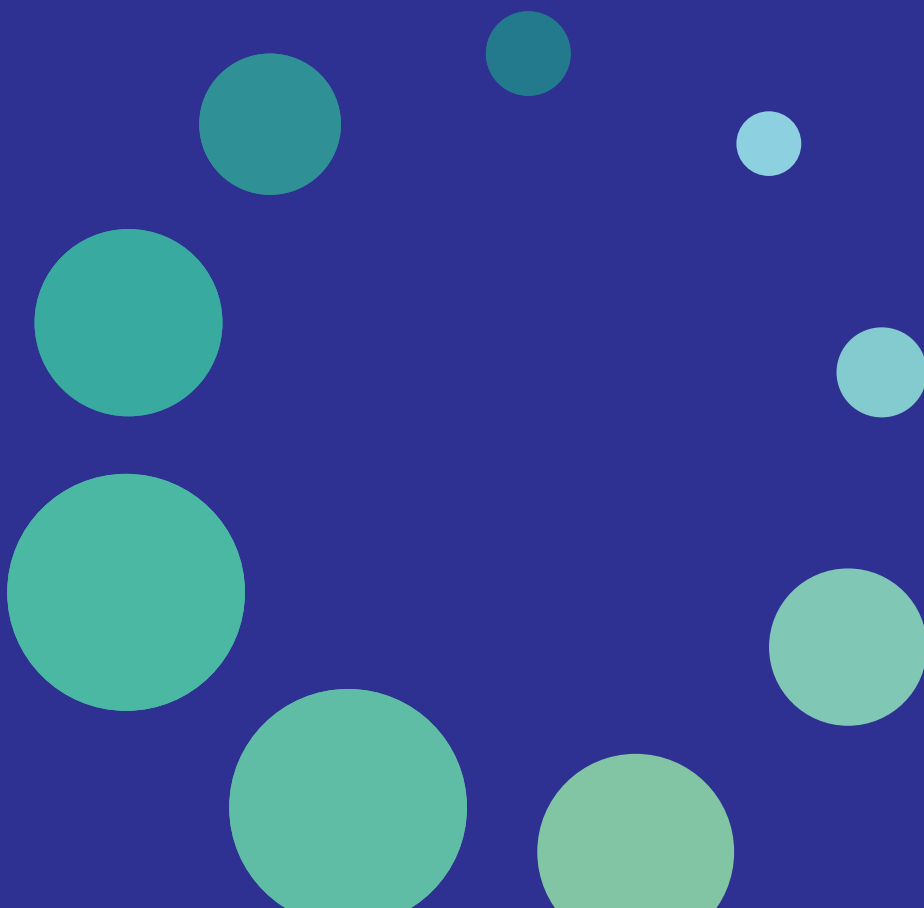


Sobre a NINT

A NINT (Natural Intelligence) é a maior prática de consultoria e pesquisa ASG na América Latina. Com uma equipe de +100 colaboradores e presença local no Brasil e América Latina, somos uma das 5 melhores casas de pesquisa socioambiental para investidores de acordo com o *Extel Independent Research in Responsible Investment* - IRR I 2019. Fomos a primeira organização latino-americana a avaliar as credenciais verdes de títulos de dívida e trabalhamos na avaliação externa de mais de 200 operações de dívida ESG. Desde 2020 estamos entre os 10 maiores provedores globais de segunda opinião para títulos sustentáveis, conforme a *Environmental Finance*. Em 2023, a NINT passou a integrar o Grupo ERM.

SUMÁRIO

1. Escopo de trabalho	4
2. Opinião	7
3. Performance ASG do emissor.....	22
4. Análise socioambiental dos projetos.....	28
5. Método.....	50
6. Green Bond Principles Form.....	53
Anexo I - Controvérsias das UHEs Serra da Mesa e Cana Brava	59



1. Escopo de trabalho

O objetivo deste Parecer é prover uma opinião independente sobre o enquadramento como Título Verde da 14ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Três Séries, para Distribuição Pública (“Debêntures”), da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”), (“Companhia”) ou (“Emissora”).

A Taesa é um dos maiores grupos privados de transmissão de energia elétrica do Brasil. A empresa é exclusivamente dedicada à construção, operação e manutenção de ativos de transmissão, com 13.832 km de linhas em operação e 1.323 km de linhas em construção, totalizando 15.155 km de extensão e 109 subestações. Atualmente, a TAESA detém 43 concessões de transmissão e está presente em todas as regiões do país.

Os recursos obtidos com a emissão das Debêntures (enquadradas na Lei nº 12.431) serão utilizados para reembolso e financiamento de despesas e gastos futuros de dois projetos de implantação de linhas de transmissão de energia elétrica, denominados Ananaí e Pitiguarí, para a revitalização do sistema de comando, controle e de teleproteção das conversoras nas Instalações de Garabi I e II (que fazem parte do Projeto Saíra), e para a substituição de equipamentos por fim de vida útil nas subestações de Imperatriz (MA) e Colinas (TO), que integram a concessão NovaTrans. O volume total da emissão é de R\$ 800.000.000,00, em três séries, com prazos de vencimento de 10, 12 e 15 anos.

A NINT utilizou seu método proprietário de análise - que está alinhado com os *Green Bond Principles* (GBP)², a *Climate Bonds Taxonomy*³ da *Climate Bonds Initiative*, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU)⁴, o Guia para Ofertas de Títulos ESG⁵ da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), o Guia de Dívida Sustentável no Brasil⁶ e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente.

A opinião da NINT é baseada em:

- Características das Debêntures, conforme sua escritura, em compromissos e documentos preliminares fornecidos pela Taesa;
- Performance socioambiental dos projetos de acordo com processo de licenciamento e procedimentos de gestão;
- Performance Ambiental, Social e de Governança (ASG) da Taesa, a partir da avaliação das políticas e práticas empresariais;
- Pesquisa de controvérsias da Taesa e dos projetos alvo da emissão.

A análise desse parecer utilizou informações e documentos fornecidos pela Emissora alguns de caráter confidencial, pesquisa de mesa e informações obtidas através de entrevistas com diversas áreas da empresa. Esse processo foi realizado entre julho e agosto de 2023.

² <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2021-updates/Green-Bond-Principles-June-2021-100621.pdf>

³ <https://www.climatebonds.net/standard/taxonomy>

⁴ <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

⁵ <https://esg.nintgroup.com/guia-para-ofertas-de-titulos-esg-anbima>

⁶ <https://esg.nintgroup.com/guia-divida-sustentavel-no-brasil-2023>



O processo de avaliação consistiu em:

- Planejamento da avaliação;
- Realização da avaliação, incluindo a preparação do cliente, obtenção de evidências e avaliação;
- Elaboração da conclusão da avaliação;
- Preparação do relatório da avaliação.

A NINT teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível razoável⁷ de asseguração em relação a completude, precisão e confiabilidade.

O processo de avaliação foi realizado de acordo com princípios gerais relevantes e padrões profissionais de auditoria independente, e em linha com a Norma Internacional sobre Compromissos de Avaliação que não sejam auditorias ou revisões de informações financeiras históricas (ISAE 3000), Norma Internacional em Controle de Qualidade (ISQC 1, 2009) e Código de Ética para Contadores Profissionais *do International Ethic Standards Board for Accountants* (IESBA, 2019).

A Taesa pretende obter a classificação de Título Verde, em linha com os *Green Bond Principles*, versão de junho de 2021, e melhores práticas de mercado para emissão de instrumentos de dívida sustentáveis. Conforme prevista na escritura da emissão, essa classificação será confirmada em até 24 meses após a emissão, com base em um parecer de pós-emissão a ser realizado pela NINT.

⁷Veja explicação na seção [Método](#).



Declaração de responsabilidade

A NINT (Natural Intelligence) não é acionista, investida, cliente ou fornecedora da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. A NINT foi responsável pela elaboração de pareceres independentes sobre emissões anteriores de títulos verdes da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. Um dos projetos objetos da operação que está sendo avaliada neste parecer foi objeto da 6ª emissão verde da Taesa, que contou com um SPO da NINT em 2022. Partes diferentes deste projeto estão sendo avaliadas agora. A Taesa também contou com a NINT para conduzir projetos de estratégia ASG (todos esses projetos quando ainda atuava sob o Programa de Finanças Sustentáveis da SITAWI Finanças do Bem).

Para mitigar o potencial conflito de interesse e garantir objetividade e isenção, os profissionais responsáveis por este Parecer não se envolveram nos projetos de estratégia ASG da Taesa e suas subsidiárias e vice-versa. Ademais, os projetos de estratégia ASG não envolvem o desenvolvimento de critérios, *frameworks* ou abordagens de captação de recursos verdes. Dessa forma, a NINT declara estar apta a emitir um Parecer de Segunda Opinião alinhado aos *Green Bond Principles*.

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela Emissora. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a NINT⁸ não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO

Frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento e não devem ser consideradas para atestar a rentabilidade ou liquidez dos papéis.

⁸ A responsável final por este parecer de segunda opinião (*second-party opinion*) é a NINT - Natural Intelligence LTDA, uma empresa do Grupo ERM.



2. Opinião


Com base nos procedimentos de avaliação conduzidos e evidências obtidas, a 14ª Emissão de Debêntures Simples da Taesa está em conformidade, em todos os aspectos materiais analisados, com os componentes e categorias de projetos elencados nos *Green Bond Principles* e boas práticas de mercado para captação de títulos verdes, e, portanto, pode ser rotulada como Título Verde.

A NINT utilizou seu método proprietário de avaliação, baseado no atendimento aos princípios do *Green Bond Principles*. Os GBP são diretrizes que auxiliam o mercado a compreender os pontos chave de um produto financeiro e como ele se caracteriza como verde. Mais detalhes sobre esses princípios podem ser encontrados na seção “[Método](#)”.

A aderência aos GBP, embora seja um processo voluntário, sinaliza aos investidores e outros agentes de mercado que o investimento segue padrões adequados de desempenho em sustentabilidade e transparência.

A seguir, consta a análise do alinhamento das Debêntures aos quatro componentes dos GBP.

Quadro 1 - Análise da sétima emissão de Títulos Verdes da Taesa

GBP e Classificação	Resumo das práticas e opinião NINT
<p data-bbox="284 1417 408 1480">Uso de Recursos</p> 	<p data-bbox="475 1128 1356 1375">Descrição do uso de recursos e características dos projetos: Os recursos captados pela Taesa por meio da presente emissão de debêntures, em até três séries, serão utilizados para o reembolso e financiamento de despesas e gastos futuros relacionados ao CAPEX de quatro projetos. Dois deles envolvem a implantação de linhas de transmissão (LT) de energia elétrica ligadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN), denominados Projeto Ananai e Projeto Pitiguarí. Em conjunto, eles envolvem a implantação de 438,7 km de linhas de transmissão.</p> <p data-bbox="475 1406 1356 1592">Ainda, financiarão a troca de equipamentos das subestações (SEs) Imperatriz e Colina, que fazem parte do Projeto Novatrans, e a revitalização do sistema de comando, controle e de teleproteção das conversoras nas Instalações de Garabi I e II, operação das instalações e linhas de transmissão do Projeto Saíra. Mais detalhes sobre os projetos são apresentados a seguir:</p> <p data-bbox="475 1624 667 1653">Projeto Ananai:</p> <ul data-bbox="491 1659 1356 2027" style="list-style-type: none"> • Controladora: 100% da Taesa. • SPE: Ananai Transmissora de Energia Elétrica S.A. • Portaria de enquadramento como prioritária: O projeto foi enquadrado como prioritário pelo Ministério de Minas e Energia (MME), por meio da Portaria nº 1.304, de 13 de abril de 2022. • Localização: Intercepta 3 municípios de São Paulo e 18 do Paraná. • Objetivo: Construção da LT 500 kV Ponta Grossa (PR) - Assis (SP) e da LT 525 kV Bateias (PR) - Curitiba Leste (PR), com extensões de 275 km e 24,5 km, respectivamente. O projeto visa suprir a região metropolitana de Curitiba e proporcionar o aumento da capacidade de interligação Sul - Sudeste, que é fundamental em cenários de baixa disponibilidade do parque gerador da região Sul.

	<ul style="list-style-type: none"> • Status: Integrante do Lote 01 do Leilão nº 02/2021-ANEEL, vencido pela Taesa em dezembro de 2021. Projeto em fase de obtenção de licenças ambientais, liberação fundiária e elaboração de projetos de engenharia. • Data de entrada em operação: estimada para março de 2027. <p><u>Projeto Pitiguarí:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Controladora: 100% da Taesa. • SPE: Pitiguarí Transmissora de Energia S.A. • Portaria de enquadramento como prioritária: O projeto foi enquadrado como prioritário pelo MME, por meio da Portaria nº 1.853, de 19 de dezembro de 2022. • Localização: Intercepta 6 municípios em Santa Catarina. • Objetivo: Construção da LT 230 kV Abdon Batista (SC) - Videira (SC) e da LT 230 kV Abdon Batista (SC) - Barra Grande (SC), com extensões de 64,2 km e 75km, respectivamente. O projeto visa atender ao mercado da região oeste do estado de Santa Catarina, conforme as condições de qualidade e confiabilidade pertinentes. • Status: Integrante do Lote 10 do Leilão nº 01/2022 -ANEEL, vencido pela Taesa em junho de 2022. Projeto em fase de obtenção de licenças ambientais, liberação fundiária e elaboração de projetos de engenharia. • Data de entrada em operação: estimada para março de 2027. <p><u>Projeto Novatrans:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Controladora: 100% da Taesa. • SPE: N/A (concessão própria incorporada à <i>holding</i>). • Portaria de enquadramento como prioritária: O projeto foi enquadrado como prioritário pelo MME, por meio da Portaria nº 1.961, de 27 de fevereiro de 2023. • Localização: Intercepta 3 municípios no Maranhão, 12 municípios no Tocantins, 8 municípios em Goiás e 2 municípios no Distrito Federal. • Objetivo: Substituição de três bancos de capacitores série 500 kV nas subestações de Imperatriz (MA) e Colinas (TO), que fazem parte da concessão Novatrans, com o objetivo de eliminar necessidade de restrição de escoamento de geração e substituição de equipamento por fim de vida útil. • Status: Projeto em fase de contratação de empresa para execução das atividades e fornecimento dos equipamentos. • Data de entrada em operação: a LT Norte-Sul II, que faz parte da concessão, está em operação desde junho de 2003. <p><u>Projeto Saíra:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Controladora: 100% da Taesa. • SPE: Saíra Transmissora de Energia Elétrica S.A. • Portaria de enquadramento como prioritária: O projeto foi enquadrado como prioritário pelo MME, por meio da Portaria nº 2.295 de 15 de junho de 2023. • Localização: A LT intercepta 26 municípios no Rio Grande do Sul. • Objetivo: Revitalização do sistema de comando, controle e de teleproteção das conversoras nas Instalações de Garabi I e II, e operação das instalações e linhas de transmissão, dando continuidade da prestação do serviço público de transmissão pela vida útil remanescente da interligação com a Argentina.
--	---

- **Status:** Projeto em fase de operação das instalações e linhas de transmissão e elaboração de projetos de engenharia para revitalização.
- **Data de entrada em operação:** estimada para março de 2028⁹.

As Debêntures terão o valor de R\$ 800.000.000,00, sendo R\$ 65.074.184,43 (8% do volume total) destinados para reembolso de gastos ocorridos entre julho de 2022 e agosto de 2023. Os R\$ 734.925.815,57 restantes (92% do volume total) serão usados para alocação futura nos projetos elegíveis. A alocação total (Tabela 1) está estimada a ocorrer até dezembro de 2025.

Tabela 1 - Alocação prevista dos recursos

Projeto	Valores destinados aos projetos	Percentual	Previsão alocação
Ananái	R\$ 300 milhões	37,5%	Mai 2025
Pitiguarí	R\$ 200 milhões	25,0%	Mai 2025
Saíra	R\$ 100 milhões	12,5%	Mai 2025
Novatrans	R\$ 200 milhões	25,0%	Dezembro 2025

Fonte: Taesa

Benefícios ambientais: As linhas de transmissão no Brasil contribuem para o escoamento e transmissão de energia renovável no SIN, de modo que se enquadra como categoria elegível a receber recursos de títulos verdes.

Diversos padrões nacionais e internacionais reconhecem que a transmissão de energia renovável é uma categoria elegível à emissão de títulos verdes:

O uso de recursos está alinhado com a categoria de ‘energia renovável’ dos **GBP** e **GLP**. Ainda, essa categoria é considerada pelo **Green Project Mapping**¹⁰, da *International Market Capital Association* (ICMA), como primária para mitigação das mudanças climáticas e terciária para a conservação de recursos naturais e para a prevenção e controle de poluição.

A **Taxonomia da Climate Bonds Initiative (CBI)**¹¹ determina que projetos de transmissão de energia são compatíveis com a trajetória de descarbonização para manter o aquecimento global abaixo dos 1,5° C, definida na COP21, mediante atendimento ao indicador de que a infraestrutura suporta a integração de fontes renováveis ou sistemas de eficiência energética e seu balanceamento de carga.

Assim, considera elegível à emissão de Títulos Climáticos projetos ou ativos cujos recursos sejam destinados à construção, atualização e operação de infraestrutura do sistema de transmissão e distribuição de energia, que transporta eletricidade em uma variedade de tensões em sistemas interconectados ou sistemas de distribuição. A infraestrutura pode incluir: linhas aéreas (condutores e isoladores), torres e postes, transformadores, reatores e subestações, cabos subterrâneos, disjuntores e quadro de distribuição.

⁹ Essa LT já está em operação, o prazo se refere a revitalização (retrofit) das instalações existentes.

¹⁰ <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2021-updates/Green-Project-Mapping-June-2021-100621.pdf>

¹¹ <https://www.climatebonds.net/standard/electrical-grids-and-storage>



	<p>A publicação “Não Perca Esse Bond”¹² enquadra projetos de transmissão de energia elétrica como capazes de gerar reduções em emissões de até 20% ao longo do seu ciclo de vida, dado que a infraestrutura de transmissão é fundamental para dar estabilidade ao sistema elétrico brasileiro, que conta com grande participação de energias renováveis que são, por natureza, intermitentes e interdependes. A publicação também indica que o aumento da participação de energia renovável SIN deve ser acompanhado pela ampliação de sistemas de transmissão para redução de perdas e congestionamentos, bem como para garantia de escoamento e segurança energética. Assim, considera-se que a infraestrutura de transmissão é um elemento importante para garantir que as energias renováveis alcancem de maneira segura os usuários.</p> <p>A Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia¹³ considera que a construção e operação de sistemas de transmissão que transportam energia elétrica em sistemas interligados possuem potencial de apoiar a integração de energia renovável na rede elétrica. Ainda, permitem a eletrificação de processos e desenvolvimento paralelo de capacidade de geração de energia de baixo carbono, contribuindo para possibilitar a transição do fornecimento de energia intensiva em carbono para o fornecimento de energia de baixo carbono. Ademais, são ativos com potencial de incentivar tecnologias de gerenciamento de rede que integrem a geração de baixa emissão de carbono e economia de energia do lado da demanda, e podem contribuir para a diminuição das emissões diretas da infraestrutura de transmissão e distribuição.</p> <p>Assim, essa taxonomia considera que investimentos em transmissão de energia geram contribuições substanciais para a mitigação das mudanças climáticas, tanto por performance própria quanto por ser uma atividade habilitadora. Ainda, considera que a atividade tem contribuições substanciais para adaptação às mudanças climáticas.</p> <p>Vale ressaltar que tanto a Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia quanto a <i>Climate Bonds Initiative</i> consideram como sustentáveis atividades econômicas ou projetos de transmissão que são inseridos num sistema que possui emissões abaixo de 100 gCO₂/kWh, considerando a média dos últimos 5 anos.</p> <p>Destaca-se que, pela característica do SIN, não é possível garantir que as linhas de transmissão financiadas pela Taesa transmitirão apenas energia renovável. Segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)¹⁴, em agosto de 2023, a capacidade total instalada no SIN originada de fontes não renováveis (carvão, gás natural, derivados de petróleo e nuclear) era de 12,5%.</p> <p>Para respaldar a tese de que os sistemas de transmissão darão suporte ao escoamento de energia renovável e o benefício de mitigação de mudança do clima associado, alguns argumentos são listados abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fontes de energia renovável não convencionais, tais como fotovoltaica e eólica, são, por sua natureza física, intermitentes. Por esta razão, possuem alta interdependência entre si e com fontes não intermitentes (geralmente convencionais). Neste sentido, a expansão
--	---

¹² <https://esg.nintgroup.com/nao-perca-esse-bond>

¹³ https://finance.ec.europa.eu/system/files/2020-03/200309-sustainable-finance-teg-final-report-taxonomy_en.pdf

¹⁴ Conforme definido em seu website, o ONS é o órgão responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN) e pelo planejamento da operação dos sistemas isolados do país, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Disponível em: <http://www.ons.org.br/paginas/sobre-o-sin/o-sistema-em-numeros>



	<p>da matriz elétrica renovável do Brasil depende da melhoria na infraestrutura de transmissão de energia para permitir o escoamento de energia renovável não convencional e garantir segurança energética com o crescimento dessas fontes. Esse aspecto é ratificado pelo estudo “Transição da indústria de energia, aqui e agora” (<i>Power-Industry Transition, Here and Now</i>) do Instituto de Análise Econômica e Financeira de Energia (<i>Institute for Energy Economics and Financial Analysis - IEEFA</i>), que realiza um estudo de caso sobre o tema e destaca que países e regiões que possuem em sua matriz elétrica um volume significativo de energia eólica e solar, necessitam que um sistema de transmissão robusto para reduzir o risco de interrupções ou problemas similares. Ainda, o estudo destaca que o investimento em infraestrutura de transmissão é fundamental para reduzir perdas e congestionamentos¹⁵;</p> <ul style="list-style-type: none"> • O <i>International Development Finance Club</i> - IDFC, associação formada pelos principais bancos de desenvolvimento do mundo, reconhece linhas de transmissão para energia renovável como investimentos elegíveis dentro de seus <i>Common Principles for Climate Mitigation Finance Tracking</i>¹⁶; • Conforme aponta o Plano Decenal de Energia de 2031¹⁷ e os Estudos do Plano Decenal de Expansão de Energia 2032¹⁸, está prevista uma expressiva expansão de geração renovável prevista para se concretizar nas regiões Norte e Nordeste nos próximos anos. Ressalta-se que o aumento da inserção de renováveis na matriz energética traz desafios para o planejamento do sistema de transmissão, tendo em vista a diferença de prazos entre de construção de usinas renováveis de menor porte (até 3 anos) e de linhas de transmissão (cerca de 5 anos), o que dificulta a adequada coordenação da expansão dos sistemas de geração e transmissão. Nesse sentido, “O planejamento da expansão da transmissão possui um papel de destaque no processo de transição energética ao viabilizar a integração dos potenciais de geração renovável nas mais diversas regiões do país.” • De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), as fontes de geração de energia eólica e solar fotovoltaica têm se mostrado economicamente mais competitivas frente às outras fontes que estão se expandindo na matriz energética brasileira. Ainda, o Plano Decenal de Expansão de Energia - 2031 prevê que as fontes eólicas e solares, juntas, gerarão cerca de 182,3 TWh em 2031, correspondendo a 19,3% do total de eletricidade a ser gerado em 2031. Ressalta-se que esse valor representa um aumento de 119% em relação a quantidade de eletricidade gerada por fontes eólica e solar em 2021. Em comparação, prevê-se que o aumento total de eletricidade gerada será de 40% no mesmo período¹⁹. • Os investimentos serão realizados em linhas de transmissão que integram ou integrarão o SIN, um dos maiores sistemas de geração e transmissão de energia do mundo e composto majoritariamente por fontes com baixa emissão de carbono (hidrelétricas). Em 2022, o SIN teve um fator médio de emissão de 42 kgCO₂eq/MWh²⁰ contra 839,8
--	---

¹⁵ http://ieefa.org/wp-content/uploads/2018/02/Power-Industry-Transition-Here-and-Now_February-2018.pdf

¹⁶ <https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/65d37952-434e-40c1-a9df-c7bdd8ffcd39/MDB-IDFC+Common-principles-for-climate-mitigation-finance-tracking.pdf?MOD=AJPERES>








¹⁷ https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Documents/PDE%202031_Revisao-PosCP_rvFinal_v2.pdf

¹⁸ <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-689/topico-640/Caderno%20de%20Transmiss%C3%A3o%20de%20Energia%20-%20PDE%202032.pdf>

¹⁹ https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Documents/PDE%202031_Revisao-PosCP_rvFinal_v2.pdf (Tabela 11 - 3).

²⁰ <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/cgcl/paginas/fator-medio-inventarios-corporativos>



	<p>kgCO₂eq/MWh no mesmo ano²¹ dos sistemas isolados no Brasil, cuja eletricidade é gerada majoritariamente por óleo diesel. O melhor aproveitamento do potencial de energia limpa do SIN depende da eficiência e qualidade da infraestrutura de transmissão.</p> <ul style="list-style-type: none"> Fontes renováveis não convencionais tendem a ser menos <i>utility-scale</i> e mais distribuídas. Neste sentido, a expansão do sistema de transmissão é importante para permitir a integração de fontes mais distribuídas e intermitentes no sistema. <p>Alinhamento com a agenda 2030: Além do alinhamento com as taxonomias mencionadas, os projetos também estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que definem as prioridades globais de desenvolvimento sustentável para 2030. Mais especificamente aos ODS 7 (“Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos”) e 13 (“Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos”).</p> <p style="text-align: center;">Tabela 2 - ODS e metas aplicáveis</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr style="background-color: #2c3e50; color: white;"> <th style="width: 15%;">ODS</th> <th style="width: 85%;">Metas aplicáveis</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: center;">  </td> <td> <p>7.1. Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia.</p> <p>7.b. Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio.</p> </td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">  </td> <td> <p>13.1. Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países.</p> </td> </tr> </tbody> </table> <p style="text-align: center;"><i>Fonte: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - Nações Unidas.</i></p> <p>Nível de alinhamento com as melhores práticas no GBP 1: Considerando o exposto acima, o nível de alinhamento da operação frente ao GBP 1 - ‘Uso de Recursos’ foi considerado como “Confortável”, uma vez que as linhas de transmissão não buscam escoar, exclusivamente, energia renovável não convencional.</p>	ODS	Metas aplicáveis		<p>7.1. Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia.</p> <p>7.b. Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio.</p>		<p>13.1. Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países.</p>
ODS	Metas aplicáveis						
	<p>7.1. Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia.</p> <p>7.b. Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio.</p>						
	<p>13.1. Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países.</p>						
<p style="text-align: center;">Processo para Seleção e Avaliação de Projetos</p> <div style="text-align: center;">  <p>Liderança</p> </div>	<p>Alinhamento da emissão aos objetivos e estratégia da Taesa: O objeto social da empresa é operar e explorar diferentes concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à Rede Básica do SIN e instalações vinculadas, conforme destacado nas cláusulas 3.1 e 3.2 da escritura da emissão e no artigo 3º do estatuto social da Emissora²².</p> <p>O objetivo da Taesa com a emissão das Debêntures é financiar investimentos que visem suprir a demanda das regiões atendidas, conforme as condições de qualidade e confiabilidade necessárias. Ainda, visam proporcionar o aumento da capacidade de interligação entre regiões, o que é fundamental em cenários de baixa disponibilidade em determinados parque geradores. Segundo a Companhia, as diretrizes de governança da Taesa orientam sua atuação pelo compromisso com o desenvolvimento sustentável, gerindo linhas de transmissão com responsabilidade</p>						

²¹ <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/anuario-estatistico-de-energia-eletrica> - Cálculo com base nas informações do Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2023 (emissões de GEE provenientes da geração em sistemas isolados dividido pelo consumo de energia no sistema isolado em 2022).

²² <https://ri.taesa.com.br/governanca-corporativa/estatuto/#1544036520153-6b9fe46e-6f48> - Acesso em 14/08/2023



	<p>socioambiental, contribuindo para a capacidade de interligação entre as diferentes regiões do país de maneira sustentável.</p> <p>Ademais, a Taesa oficializou e divulgou, em 2022, o seu Sistema de Gestão Integrado Taesa (SGIT), cujo objetivo é documentar as normas, processos e práticas a fim de padronizar as diferentes atividades da Companhia e habilitar a TAESA às certificações ISO (9001, 14001, 45001 e 55001)²³. A Companhia implementou uma série de ações de revisão de seus procedimentos, políticas e normas, que compõem o SGIT, para adequação aos requisitos das ISOs, e realizou treinamentos com seus profissionais para o cumprimento dessas normas. Tais iniciativas foram amplamente divulgadas às equipes, informando sobre a entrada em vigor do SGIT, dos seus compromissos e objetivos. É preciso notar que a Companhia, como gerenciadora dos projetos, está em processo de certificação frente às ISOs mencionadas, mas que os projetos alvo desta emissão não foram certificados.</p> <p>Os objetivos do SGIT, elencados pela Taesa, são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disseminar a cultura de segurança para evitar acidentes; • Minimizar os impactos ambientais decorrentes de nossas atividades; • Manter níveis adequados de confiabilidade e de disponibilidade dos ativos de transmissão; • Ser cada vez mais eficiente e aumentar rentabilidade dos ativos de transmissão; • Implantar, certificar e manter o Sistema de Gestão Integrado - SGIT. <p>A Política do SGIT é considerada o documento central do Sistema de Gestão, do qual derivam todas as ações gerenciais e operacionais relacionadas aos aspectos socioambientais do negócio, e assegura a integração das questões de Segurança, Meio Ambiente, Saúde e Sustentabilidade (SMS&S) aos processos de decisão. Ainda, visa o cumprimento da legislação vigente em relação ao meio ambiente, saúde e segurança, assim como elenca critérios socioambientais na seleção de propostas e nos contratos dos prestadores de serviços. Mais informações acerca do SGIT podem ser consultadas no Relatório de Sustentabilidade da Taesa²⁴.</p> <p>Assim, avaliamos que a operação verde da Taesa está alinhada às suas estratégias ASG e de negócios.</p> <p>Benefícios ambientais esperados: É estimado que os projetos acrescentem a atual extensão de linhas de transmissão em operação da Taesa em 438,7 km, aumentando a capacidade de interligação do sistema e a capacidade de escoamento do SIN. Ainda, os investimentos em renovação de equipamentos e revitalização de sistemas aumentam a capacidade de transmissão e confiabilidade do sistema. Em conjunto, os investimentos contribuem para a expansão da geração de energia proveniente de fontes renováveis ao habilitar que essa energia seja escoada de forma eficiente.</p> <p>Ressalta-se que todos os projetos elegíveis visam fomentar a infraestrutura do SIN, de forma que nenhum deles está diretamente conectado ou tem como objetivo principal o escoamento de energia advinda de usinas geradoras a partir de combustíveis fósseis.</p> <p>Para a verificação deste aspecto e da relação dos projetos com usinas controversas, foi realizada uma análise da localização dos projetos e das</p>
--	--

²³ Segundo a Companhia, a previsão é obter as certificações em dezembro de 2023.

²⁴ https://ri.taesa.com.br/wp-content/uploads/2023/05/Relatorio-Taesa_2023_02-05-2023.pdf



usinas conectadas às LTs. Usando o Sistema de Informações Geográficas do Setor Energético Brasileiro²⁵, verificou-se, que a LT Norte-Sul II, que faz parte do Projeto Novatrans, está diretamente ligada à Usina Hidrelétrica (UHE) de Serra da Mesa, e é usada para o escoamento de energia da UHE Cana Brava. Ambas as usinas estão relacionadas a controvérsias socioambientais significantes, em especial relacionados ao povo indígena Avá-Canoeiro.

Segundo a pesquisa realizada acerca dos impactos das referidas UHEs, descrita no [Anexo I](#), os estudos ambientais envolvendo as usinas não foram realizados de forma adequada, gerando danos significantes e não planejados às comunidades do entorno, e colocando em risco o modo de vida da etnia Avá-Canoeiro.

Apesar da LT Norte-Sul II escoar energia das UHE Serra da Mesa e UHE Cana Brava, pode-se considerar que a LT aproveitará a diversidade hidrológica da região, assim como outras fontes de energia, para atender a demanda energética nacional, sendo uma parte importante da infraestrutura necessária para aumentar a confiabilidade e resiliência do SIN.

Ressalta-se que as usinas são fontes importantes de energia para o atendimento do mercado do Sistema Interligado Sul/Sudeste/Centro-Oeste. Em especial, a UHE Serra da Mesa é uma das maiores do Brasil, com 1.275 MW de capacidade instalada, sendo um elo da Interligação Norte-Sul.

Ademais, nota-se que a UHE Serra da Mesa, que causou os impactos mais significativos, foi construída na década de 1990 e entrou em operação em 1998, antes da LT Norte-Sul II ser construída. Já a construção da UHE Cana Brava, inaugurada em 2002, foi realizada de forma concomitante com a LT. Observa-se também que a Taesa adquiriu o direito de operar a concessão apenas em 2003, após a materialização dos principais impactos adversos. Ainda, outras LTs, com traçados paralelos à LT Norte-Sul II, já haviam sido construídas na região.

Além deste caso, a Companhia afirmou que as LTs não estão diretamente conectadas, ou tem como objetivo principal, o escoamento de energia advinda de usinas cuja construção e/ou operação envolveu controvérsias socioambientais severas, como reassentamento involuntário expressivo, danos ao meio ambiente, protesto de comunidades tradicionais, condenações por irregularidades e/ou acusações de corrupção e superfaturamento, etc.²⁶.

Considerando que os principais impactos mencionados não estão relacionados aos empreendimentos geridos pela Taesa, que os impactos ocorreram antes da Companhia ser responsável pela gestão da LT Norte-Sul II, e que a Taesa, como operadora, possui uma boa gestão da relação com comunidades do entorno, avalia-se que o benefício ambiental resultante do investimento que está sendo realizado pela Taesa no escopo dessa emissão, qual seja, ampliar a capacidade de escoamento da LT, continua sendo material. Assim, a NINT é da opinião que o escoamento da energia relacionado às UHEs Serra da Mesa e Cana Brava não desqualifica a rotulagem da operação como verde.

Nesse sentido, é importante mencionar que o benefício ambiental gerado pelos projetos é também evidenciado pela variação dos indicadores

²⁵ <https://gisepeprd2.epe.gov.br/webmapepe/>

²⁶ Alguns exemplos de usinas controversas são: UHE Santo Antônio, UHE Jirau, UHE Belo Monte, UHE Sinop, UHE Balbina, UHE Cachoeira Caldeirão, Usina Nuclear de Angra dos Reis.



relacionados ao número de “Usuários Verdes” que utilizam as LTs da Taesa. São considerados Usuários Verdes as usinas geradoras de energia a partir de fontes renováveis não convencionais: eólicas, solar, térmicas a biomassa e pequenas centrais hidrelétricas. Os dados acerca dos Usuários Verde são extraídos de relatórios de Aviso de Crédito (AVC) e analisados de forma a realizar o monitoramento dos seguintes indicadores:

- Número de usuários do sistema que geram energia renovável não convencional (Usuários Verdes): mostra a quantidade de usuários que produzem energia renovável;
- Faturamento com transmissão de energia renovável não convencional (R\$): demonstra a disponibilidade do sistema para transmitir energia gerada pelos Usuários Verdes;
- Incremento do faturamento com novos usuários: variável diretamente relacionada com a potência de transmissão de energia (montantes de uso do sistema de transmissão - MUST) disponibilizada para os novos Usuários Verdes.

Ressalta-se que o cálculo de usuários verdes conectados é baseado nas usinas geradoras de energia conectadas ao SIN. Considerando a interligação da rede de transmissão, esses dados são compartilhados por todas as LTs conectadas, visto que todas as linhas transmitem a mesma parcela de energia verde ligada ao sistema. Os dados de usuários conectados, assim como a previsão de conexão de novos usuários, são disponibilizados pelo ONS por meio de relatórios executivos periódicos de Consolidação da Previsão de Carga além dos AVCs disponibilizados aos operadores das LTs.

A Tabela 3 serve como uma base de referência para a identificação desse benefício. É possível observar a expansão dos usuários verdes entre 2020 e o primeiro semestre de 2023 e a evolução da relevância de energia de fontes renováveis não convencionais na atividade de transmissão de energia da empresa como um todo. Nesse período, a média mensal de usuários verdes aumentou para 1.359 representando 77% do total de usuários das linhas da Taesa. Ainda, o percentual de faturamento (considerando valores anuais) proveniente de usuários verdes triplicou no período, passando a representar cerca de 7% do faturamento total.

Tabela 3 - Benefícios ambientais dos projetos da Taesa

Benefício Ambiental	2020	2021	2022	2023 ²⁷
Média mensal do número de Usuários Verdes	645	778	959	1.139
Percentual de Usuários Verdes sobre o total de usuários considerando médias mensais	69,9%	72,5%	76%	79%
Faturamento de Usuários Verdes (R\$)	50.709.936	78.245.263	163.923.647	86.434.291
Percentual de faturamento de Usuários Verdes sobre o total	3,5%	4,1%	7%	6,5%

Fonte: Taesa.

Seleção e avaliação dos projetos: O processo de seleção dos projetos para a emissão das debêntures verdes, incluindo a identificação dos

²⁷ Dados referentes ao primeiro semestre de 2023.



	<p>projetos elegíveis, definição de benefícios ambientais e os demais critérios de desempenho, ficaram a cargo da Emissora. Por meio de processo interno, foram avaliados os lastros disponíveis de cada projeto, considerando a necessidade de reembolso e de aportes a serem realizados futuramente.</p> <p>O acompanhamento das credenciais verdes dos projetos, assim como requisitos legais e socioambientais, é de responsabilidade Gerência de SMS&S (Segurança, Meio Ambiente, Saúde e Sustentabilidade), que contam com auxílio das áreas que administram os respectivos projetos.</p> <p>Para os projetos novos ou em construção, a Taesa realiza a contratação de terceiros, responsáveis pela implantação e acompanhamento dos requisitos socioambientais, incluindo consultoria ambiental. No escopo de contratação são previstas atividades de diligências socioambientais, visitas <i>in loco</i> e fiscalização. Dessa forma, o monitoramento dos requisitos ambientais é realizado de forma conjunta, pela equipe interna de meio ambiente e consultoria ambiental contratada.</p> <p>Para os projetos Pitiguari e Ananaí, que envolvem a construção de linhas de transmissão, o acompanhamento dos potenciais impactos socioambientais negativos foram identificados através dos Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). A gestão desses impactos ao longo da vida útil dos projetos é realizada durante a etapa da Licença de Instalação, através do Plano Básico Ambiental (PBA).</p> <p>Ambos os projetos estão em fase de obtenção da Licença Prévia (LP) e apresentaram o EIA/RIMA e estudos de impacto arqueológico aos órgãos competentes.</p> <p>Em relação aos projetos Saíra e Novatrans, ressalta-se que o potencial impacto ambiental dos investimentos é menor, uma vez que as LTs já foram instaladas. As atividades financiadas, nesses casos, envolvem a substituição de equipamentos por fim da vida útil, revitalização de sistemas e outras intervenções de menor impacto ambiental. Apesar disso, a Companhia ressalta que, durante a fase de licenciamento dos projetos, os potenciais impactos socioambientais negativos foram identificados através do EIA/RIMA²⁸ e a gestão desses impactos realizada durante a etapa de Licença de Instalação realizada através dos respectivos PBAs.</p> <p>Mais informações sobre a gestão ambiental dos projetos elegíveis podem ser consultadas na seção Análise ASG dos projetos. Ressalta-se que não foram identificadas controvérsias relacionadas aos projetos elegíveis.</p> <p>Além da identificação e planejamento realizados para cada um dos projetos individualmente, a Taesa afirmou que possui um plano de mitigação de riscos climáticos sobre os empreendimentos que considera questões climáticas de acordo com localidade (alteamento de estruturas, robustez de base, etc). Adicionalmente, afirmou possuir uma rotina de manutenção preventiva afim de se antecipar a qualquer ocorrência crítica. Ainda, a Companhia acompanha fóruns do setor que debatem sobre a influência das questões climáticas nos ativos de transmissão, como o Pacto Global e associações do setor.</p> <p>Do ponto de vista contratual, a seleção dos projetos é assegurada por meio da escritura da emissão, que restringe os dispêndios das Debêntures aos quatro projetos descritos na cláusula 4 “Destinação dos Recursos” da</p>
--	--

²⁸ Os projetos foram adquiridos em operação, de forma que os estudos de impacto não foram realizados pela Taesa.

escritura. Ainda, a cláusula 6.26 discorre sobre a caracterização das Debêntures como “Debêntures Verdes”.

Alinhamento às taxonomias de finanças sustentáveis: De acordo com o critério de Transmissão e Distribuição de Energia do *Climate Bonds Standards*, o financiamento de infraestrutura de linhas de transmissão é elegível a emissão de *Climate Bonds*. Para isso, a operação desses ativos deve atingir algumas exigências específicas, que foram analisadas frente aos projetos. As conclusões desta análise, que corrobora adicionalidade ambiental do projeto e atendimento parcial das exigências, encontram-se a seguir.

1. Exigência de mitigação:

Caminho para a descarbonização: Como atendimento do critério de descarbonização, a CBI considera elegível ativos que pertencem a um sistema cuja média móvel do fator de emissão da rede está abaixo do valor limite de 100 gCO₂e/kWh para um período de cinco anos. Em termos práticos, o cumprimento da exigência se dá por conta da conexão ao SIN, cuja média do fator de emissões era de 75,6gCO₂/kwh, considerando os últimos 5 anos, conforme apresentado na Tabela 4. Com isso, evidencia-se que os projetos da Taesa atendem às exigências de mitigação dos critérios de Transmissão e Distribuição de Energia da CBI.

Tabela 4 - Fator de emissões do SIN

Indicador	2018	2019	2020	2021	2022
Fator médio de emissões do SIN (gCO ₂ /kwh)	74	75	61	126	42

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação²⁹


Ademais, os projetos estão alinhados aos critérios da Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia que, assim como a CBI, exige que o sistema onde as LTs estão localizadas tenha uma média do fator de emissão inferior a 100 gCO₂e/kWh de energia gerada nos últimos 5 anos.

2. Exigência de adaptação e resiliência: O emissor deve adotar ações para mitigar os impactos das mudanças climáticas sobre os empreendimentos, de acordo com os itens abaixo:

- (1) Identificação dos limites claros e as interdependências críticas entre a infraestrutura e o sistema em que opera;
- (2) Identificação dos principais perigos físicos do clima aos quais a infraestrutura estará exposta e vulnerável ao longo de sua vida operacional;
- (3) Estabelecimento de estratégias e medidas frente aos riscos mapeados, de forma que sejam suficientes para que a infraestrutura se mantenha adequada às condições das alterações climáticas ao longo da sua vida operacional;
- (4) Estabelecimento de estratégias e medidas que aumentem a resiliência climática do sistema no qual o empreendimento opera, conforme indicado pelos limites e interdependências críticas no item (1).
- (5) Monitoramento e avaliação contínuos dos riscos, medidas de resiliência e ajustes relacionados a essas medidas, conforme necessário.

²⁹ <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/cgcl/paginas/fator-medio-inventarios-corporativos> - Acesso em 14/08/2023.



	<p>A Taesa afirmou que todos seus projetos levam em consideração aspectos climáticos, contudo Dessa forma, avalia-se que</p> <p>Apesar de possuir um processo de avaliação de riscos climáticos implementado para seus empreendimentos, a Taesa não apresentou evidências mostrando que são adotadas ações visando a adaptação às mudanças climáticas. Assim, avalia-se que a Companhia não atende aos critérios de adaptação e resiliência da CBI.</p> <p>Nível de alinhamento com as melhores práticas no GBP 2: Considerando o exposto acima, avalia-se que processo de seleção e avaliação é robusto, contando com apenas um ponto de melhoria, relacionado ao critério de adaptação e resiliência da CBI. Assim, o nível de alinhamento da operação frente ao princípio GBP 2 - ‘Processo para seleção e avaliação de projetos’ foi considerado como “Liderança”.</p>
<p>Gestão de Recursos</p> 	<p>Características da emissão: A 14ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária para Distribuição Pública da Taesa ocorrerá em até 3 séries, observado que a existência de cada série será definida em Sistema de Vasos Comunicantes, de acordo com o resultado do procedimento de <i>Bookbuilding</i>. O valor total da Emissão será de R\$800.000.000,00.</p> <p>A data de emissão das Debêntures será 15 de setembro de 2023. As Debêntures da Primeira, Segunda e Terceira Séries terão, respectivamente, prazos de vencimento de 10, 12 e 15 anos contados da Data de Emissão.</p> <p>As Debêntures contarão com o incentivo previsto no artigo 2º da Lei 12.431, do Decreto 8.874, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 5.034, de 21 de julho de 2022, da Resolução do CMN nº 4.751, de 26 de setembro de 2019 ou de normas posteriores que as alterem, substituam ou complementem, sendo a totalidade dos recursos captados na Emissão das Debêntures aplicados no custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas aos projetos Novatrans, Ananaí, Pitiguari e Saíra. Todos os projetos foram enquadrados como projetos prioritários pelo Ministério de Minas e Energia por meio das respectivas portarias.</p> <p>Segundo a Taesa, 100% dos recursos serão usados para desembolsos de CAPEX, sendo R\$ 734.925.815,57 (92%) gastos futuros e R\$ 65.074.184,43 (8%) para reembolsos ocorridos a partir de julho de 2022.</p> <p>Vale ressaltar que o projeto Ananaí foi alvo da 12ª emissão de debêntures da Taesa, no valor total de R\$ 1.250.000.000,00, sendo que parte desse valor, R\$ 1.103.000.000,00, foi destinado ao projeto Ananaí. Contudo, o volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do projeto Ananaí é de R\$1.750.054.467,15, de forma que restam R\$ 647.054.467,15 elegíveis a receber recursos rotulados. Tendo em vista que o valor destinado ao gasto com esse projeto na presente emissão é de R\$ 300.000.000,00, considera-se que não há sobreposição de recursos.</p> <p>Nota-se, o volume de recursos financeiros necessários para financiar os gastos elegíveis dos projetos alvo é de aproximadamente R\$ 2,3 bilhões, quase três vezes o valor da emissão. Ainda, a governança relacionada à emissão de debêntures incentivadas inclui processos robustos para garantir que os recursos sejam usados apenas nos projetos definidos na Escritura, de forma que o risco de uso para outros fins é mitigado.</p>

Vale ressaltar, também, que a escritura define como obrigações da Emissora e de suas subsidiárias o cumprimento do disposto na Legislação Ambiental e Trabalhista, adotando medidas e ações preventivas e reparatórias decorrentes de suas atividades, quando necessário.

Procedimentos para gestão dos recursos: Foram constituídas Sociedades de Propósito Específico (SPE) para a implementação dos projetos Ananái, Pitiguari e Saíra, já o projeto Novatrans é gerido diretamente pela *holding*. Apesar disso, os recursos líquidos captados serão geridos pela Taesa e não pelas SPEs.

Os recursos ficarão na caixa da *holding* (aplicados em CDB's) sob a responsabilidade da área de finanças corporativas e serão aportados conforme necessidade de cada projeto. Nos projetos Ananái, Saíra e Pitiguari isso ocorrerá por meio do repasse dos recursos às SPEs.


Conforme a cláusula 4.1.3 da escritura, a emissora tem a obrigação de comprovar anualmente, a partir da primeira data de integralização e até as datas de vencimento das Debêntures, ou até que seja comprovada a totalidade da destinação dos recursos, a destinação dos recursos por meio de declaração em papel timbrado e assinada por representante legal. Tal documento deve ser enviado ao Agente Fiduciário e o descumprimento desta obrigação constitui um evento que pode acarretar o vencimento antecipado não automático da emissão.

A escritura também traz como evento de vencimento antecipado não automático a utilização dos recursos líquidos da emissão para finalidade diversa daquela descrita na cláusula 4.1 “Destinação de Recursos”. Ademais, o descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária prevista na escritura que não seja sanada em até 15 dias pode acarretar vencimento antecipado não automático.

A não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação, extinção ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás, subvenções ou licenças, inclusive ambientais, necessárias para a operação da Emissora, salvo exceções, também constituem eventos de vencimento antecipado não automático, o que reduz o risco de o título de dívida estar em desconformidade socioambiental e se desalinhar aos *Green Bond Principles*, não sendo mais elegível ao rótulo verde.

Recursos temporariamente não alocados nos projetos: Enquanto os recursos da emissão não forem utilizados nos projetos, a empresa afirma que eles serão temporariamente alocados no caixa da Taesa, e investidos em Certificados de Depósito Bancário (CDB). Tal instrumento financeiro representa baixo risco de contaminação dos recursos em ativos que não estejam em conformidade com os objetivos ambientais e climáticos das Debêntures (atividades carbono intensivas, por exemplo), uma vez que financiam as operações de instituições financeiras como um todo.

Nível de alinhamento com as melhores práticas no GBP 3: Considerando que as Debêntures são enquadradas nos mecanismos da Lei n° 12.431, avaliamos que os mecanismos de gestão de recursos são robustos, de forma que o alinhamento ao princípio GBP 3 - ‘Gestão de recursos’ foi considerado como “**Liderança**”.

 <p>Relato</p>	<p>Relato: Conforme mencionado, a Companhia reportará anualmente a alocação dos recursos, até a data de vencimento das Debêntures ou até que seja comprovada a totalidade da destinação dos recursos captados. O reporte informará o montante alocado em cada um dos projetos e será realizado apenas ao Agente Fiduciário da emissão e à NINT, uma vez que essa informação faz parte do escopo do parecer de verificação pós-emissão, a ser realizado no prazo de um ano a contar da data de emissão das Debêntures, conforme cláusula 6.26.24 da escritura da emissão.</p> <p>Considerando as boas práticas em relação à transparência e comunicação, avaliamos que a divulgação da alocação dos recursos apenas ao Agente Fiduciário e ao verificador externo é uma lacuna em relação às melhores práticas de transparência.</p> <p>Como forma de fornecer informações acerca do desempenho ambiental dos projetos financiados, a emissora se comprometeu em divulgar anualmente, até o final da vida útil dos projetos, os seguintes indicadores de impacto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Status das licenças ambientais e do atendimento de suas condicionantes³⁰; • Indicador de prestação de serviço de transmissão a Usuários Verdes (apresentado no item Processo de Seleção e Avaliação de Projetos)³¹; • Monitoramento e reporte de controvérsias socioambientais associadas aos projetos elegidos, como impactos adversos em áreas de preservação, de reassentamento de pessoas, acidentes, etc.; • Fator de emissão médio do SIN dos últimos 5 anos (emissão de tonCO₂eq/MWh gerado no SIN)³². <p>Os indicadores de impacto serão divulgados publicamente pela Companhia em seu <i>website</i>, no Relatório de Sustentabilidade ou Formulário de Referência.</p> <p>Os indicadores financeiros serão alvo de verificação anual, realizado pelo Agente Fiduciário até o prazo de vencimento da operação, dando mais confiança aos investidores. Já os indicadores de impacto serão alvo de verificação externa a ser realizada apenas uma vez, em até 24 meses após a emissão. Ressalta-se que, idealmente, indicadores de impacto também deveriam ser alvo de verificação externa anual.</p> <p>Ainda, a Companhia se comprometeu divulgar publicamente o presente Parecer, assim como o parecer de verificação pós-emissão.</p> <p>Nível de alinhamento com as melhores práticas no GBP4: Considerando que as informações acerca da alocação de recursos nos projetos não serão públicas, o nível de alinhamento da operação frente ao princípio GBP 4 - 'Relato' foi considerado como "Confortável".</p>
---	---

³⁰ A Taesa divulga esse indicador em seus formulários de referência.

³¹ A Taesa divulga esse indicador em seu *website*: <https://ri.taesa.com.br/sustentabilidade/visao-geral/>

³² Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/cgcl/paginas/fator-medio-inventarios-corporativos>

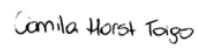
Equipe técnica responsável



Renato Silva

Analista ESG

renato.carvalho@nintgroup.com



Camila Toigo

Coordenadora ESG

camila.toigo@nintgroup.com



Cristóvão Alves

Sócio Diretor

crisovao.alves@nintgroup.com

Rio de Janeiro, 28/08/2023

3. Performance ASG do emissor

Fundada em 2006, com o nome de Terna Participações S.A., a Taesa é uma *holding* que atua no setor de transmissão de energia elétrica. A Companhia era a subsidiária brasileira da empresa italiana Terna S.p.A., e em 2009, foi vendida para o Fundo de Investimento em Participações Coliseu (FIP Coliseu), e para a Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig), que alteraram a denominação social da companhia para Taesa, como permanece até hoje. Atualmente, o seu controle acionário é formado pela Cemig, que possui 21,7% de participação, pela ISA Brasil, com 14,9% de participação, e os 63,4% restantes são *free float* (estão no mercado disponíveis para negociação).

A Companhia atua na construção, operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão. Segundo os dados disponibilizados pela Companhia³³, a empresa conta atualmente com 13.832 km de linhas de transmissão em operação e mais 1.323 km em construção, totalizando capacidade instalada de 22.741 MVA (Mega Volt-Ampère)³⁴, suportada por 109 subestações.

A Taesa possui participação em 43 concessões de transmissão, sendo 10 concessões que compõem a empresa *holding* (TSN, Novatrans, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE e ATE II); 14 investidas integrais (Ananaí, Brasnorte, ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Sant'Ana, São João, São Pedro Lagoa Nova, Pitiguari, Saíra e Tangará); e 19 participações (ETAU, Transmineiras e os Grupos AIE e TBE). Das concessões citadas, 6 estão em construção: Ivaí, Sant'Ana, Ananaí, Pitiguari, Saíra e Tangará. A empresa atua em 18 estados brasileiros e no Distrito Federal e todas as linhas de transmissão estão inseridas no SIN.

A análise da Taesa tem como objetivo avaliar sua capacidade de medir, prevenir, mitigar e compensar impactos socioambientais associados aos projetos que desenvolve. Dessa maneira, é possível averiguar sua capacidade de manter inalteradas as condições que permitem que os projetos descritos sejam elegíveis para uma emissão caracterizada como Título Verde.

Nesse contexto, foi realizada uma avaliação de políticas e práticas da empresa com base em documentos e informações públicas e confidenciais. Adicionalmente, foram pesquisados fatos controversos de caráter social, ambiental e de governança envolvendo a Companhia, as Sociedades de Propósito Específico (SPEs), e outras empresas envolvidas em seus projetos.

Ambiental

Conforme mencionado, o Sistema de Gestão Integrado Taesa (SGIT) integra questões ambientais aos processos decisórios da Companhia, visando a gestão de riscos e oportunidades. A Companhia possui transparência em relação ao tema e realiza a divulgação de diversos documentos e indicadores relevantes. Destaca-se a divulgação dos processos relacionados ao licenciamento ambiental dos empreendimentos que é feita em

³³ Disponível em: <https://ri.taesa.com.br/sobre-a-taesa/concessoes/#1526410011691-247f7ab7-a0a3>

³⁴ Disponível em: <https://ri.taesa.com.br/sustentabilidade/indicadores-asg/>



seu *website*. Diversos indicadores ASG são divulgados anualmente no *website* da Companhia³⁵

A Taesa não possui um programa de redução de resíduos, mas afirma realizar a gestão do tema, buscando cumprir a legislação vigente e destinar adequadamente os resíduos ou rejeitos que possam causar danos ao meio ambiente. Um volume considerável de resíduos não perigosos é gerado durante a fase de instalação dos empreendimentos (majoritariamente material lenhoso).

Na fase operacional, o vazamento de óleos (mineral, combustível e lubrificante) e similares em subestações é o principal risco relacionado aos resíduos, tendo em vista o potencial contaminante dessas substâncias. Segundo Relatório de Sustentabilidade, houve apenas 1 vazamento em 2022, menor número registrado desde 2018. Segundo a Companhia, “o acontecido não gerou nenhum impacto ambiental, uma vez que a aspersão ficou na camada superficial da brita, a qual foi removida, mantendo o solo incólume”.

Temas como o uso de recursos naturais (água e energia) são monitorados pela Companhia, como forma de buscar o uso eficiente desses recursos. O tema é pouco material para a Companhia, visto que esses insumos não fazem parte do processo produtivo da Taesa. Ainda, a Companhia buscou substituir o uso de gasolina por etanol em sua frota *flex* e iniciou um projeto piloto para utilização de carros elétricos.

As diretrizes relacionadas à Gestão e Conservação de Biodiversidade no planejamento e na execução das atividades de instalação, operação e manutenção de ativos de transmissão também são objetos do SGIT. A Empresa possui programas de monitoramento específicos para cada empreendimento, que têm como objetivo evitar e minimizar interferências ao meio ambiente, por meio identificação dos impactos na fauna e flora locais e compensação dos danos. O tema é material, uma vez que a construção de LTs e SEs, possuem impactos significativos sobre a biodiversidade local.

Pelo terceiro ano seguido, a Taesa realizou seu inventário de gases de efeito estufa, em linha com as especificações do *GHG Protocol* para o registro de emissões. A Companhia realiza o reporte apenas de emissões de escopo 1 e 2, sendo a perda de energia elétrica durante o processo de transmissão a principal fonte reportada. Nota-se que a Taesa não possui metas públicas de redução de emissões de GEE, mas está construindo um plano de ação e metas de combate às Mudanças Climáticas a ser implementado até 2030.

Ressalta-se que, apesar do volume de emissões da Companhia ser pouco relevante, o tema é material para a Taesa tendo em vista seu papel na integração de concessões de energias limpas e sustentáveis ao SIN. Não foram identificadas políticas visando contribuir especificamente para o escoamento de energia limpa ou restrições quanto à construção de linhas voltadas para a transmissão de energia gerada por fontes fósseis.

Social

Os principais temas relacionados à essa dimensão são referentes ao impacto da instalação e operação das LTs nas comunidades do entorno, em especial em comunidades

³⁵ <https://ri.taesa.com.br/sustentabilidade/indicadores-asg/>.



tradicionais (quilombolas, indígenas, entre outras). Nesse sentido, não foram identificadas controvérsias envolvendo a Taesa.

A Companhia possui diversos programas voltados a identificar, evitar, minimizar e compensar as comunidades negativamente afetadas pelos empreendimentos, em todas as fases dos projetos. Esses temas fazem parte do SGIT e são objeto dos EIAs realizados durante os processos de licenciamento. Em especial, destaca-se que a definição do traçado das linhas considera esses aspectos, buscando evitar impactos negativos relevantes.

Ressalta-se que as atividades podem demandar o reassentamento de populações locais, aspecto particularmente sensível no caso de comunidades cujas culturas estão intimamente relacionadas à terra que ocupam. Não foram identificadas controvérsias nesse sentido, e a Companhia afirmou que mecanismos de compensação em casos de reassentamento são determinados considerando as particularidades de cada caso.

A empresa possui o Programa de Acompanhamento de Ações em Terras Indígenas, que gerencia ações de recuperação, manutenção e outras que ocorram em terras indígenas. Além disso, a empresa destaca em seu Formulário de Referência³⁶ que, quando os empreendimentos geram impactos diretos ou indiretos em comunidades tradicionais, são feitas compensações financeiras para as comunidades por meio de termos de compromisso estabelecidos com os órgãos competentes. O status dessas compensações é divulgado Relatório de Sustentabilidade.

A empresa afirma cumprir a norma ABNT NBR 5422³⁷ e a Resolução da ANEEL 616³⁸, mantendo faixa de servidão segura e realizando monitoramento periódico e gestão de campos elétricos e magnéticos. Apesar de não possuir políticas relacionadas a alteração das paisagens, a Taesa considera esse critério na escolha de seus traçados e cumpre determinações de órgãos ambientais nesse sentido.

Dentre as ações da empresa em relação ao tema, destaca-se a condução de programas de educação ambiental e comunicação social com as comunidades vizinhas aos empreendimentos e a priorização de contratação de mão de obra local nas operações.

Outro ponto sensível para a Companhia é qualidade dos serviços prestados, uma vez que a interrupção no fornecimento de energia pode causar danos substanciais. A Companhia possui uma Política de Qualidade, na qual se compromete com a melhoria contínua e a excelência dos serviços. A Companhia informou que faz a gestão dos compromissos firmados em seus Contratos de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST), buscando a máxima disponibilidade e realizando as melhorias necessárias para manutenção da confiabilidade de seus ativos. Todas as subestações da empresa são operadas por telecomando. O impacto da indisponibilidade da linha de transmissão e a frequência de duração na interrupção na transmissão de energia são monitorados e disponibilizados na demonstração de resultados da empresa (Parcela Variável por Indisponibilidade - PVI³⁹).

³⁶ Disponível em: <https://ri.taesa.com.br/divulgacao-ao-mercado/formularios-cvm/>

³⁷ A norma embasa o cálculo da faixa de servidão com base em especificações sobre as distâncias mínimas de segurança entre os condutores e o solo ou obstáculos ao longo da linha, tais como árvores, construções e rios, e etc.

³⁸ A Resolução se refere aos limites à exposição humana a campos elétricos e magnéticos originários de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

³⁹ A Parcela Variável por Indisponibilidade - PVI, é a parcela a ser deduzida do pagamento base por desligamentos programados ou outros desligamentos decorrentes de eventos envolvendo o equipamento principal e/ou os

A Taesa está pontualmente envolvida em controvérsias de baixa severidade, relacionadas a problemas nas linhas de transmissão que ocasionaram interrupção do fornecimento de energia.

Considerando seus recursos humanos, a empresa possui Diretrizes de Saúde e Segurança no Trabalho, que estabelece procedimentos para preservar a integridade física dos colaboradores. Os funcionários da empresa possuem controle de horas, com o sistema calculando a remuneração adequada a partir do banco de horas gerado. A Companhia realiza treinamentos voltados para saúde e segurança dos trabalhadores, e faz o acompanhamento da saúde dos colaboradores a partir de consultas médicas.

Segundo o Relatório de Sustentabilidade, o relacionamento com as equipes é pautado pela Política de Recursos Humanos e pelo Código de Conduta Ética e Compliance, além do atendimento à legislação trabalhista. Por meio de acordo coletivo de trabalho com os sindicatos associados à empresa que cobre 100% dos colaboradores, estão contemplados temas como reajuste salarial, banco de horas, Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e pacote de benefícios.

A Taesa consolidou, em 2021, uma Política de Diversidade e Inclusão, dando os primeiros passos para avançar no tema. Foi criado um Comitê da Diversidade, formado por colaboradores e representantes de diversas classes com o propósito de criar um ambiente diverso e inclusivo dentro da empresa. A Companhia estabeleceu metas relacionadas ao tema, dentre as quais, aumentar de 19% para 30% o número de colaboradoras em 2030 e passar de 15% para 20% o número de líderes mulheres até 2025. Informações sobre o perfil dos profissionais da Taesa são divulgados em seu *website*.

Destaca-se que a Taesa possui o Certificado *Great Place to Work* (GPTW)⁴⁰, atualizado em 2022, em que 94% de seus funcionários dizem que a empresa é um ótimo lugar para trabalhar, além da certificação FEEEx FIA *Employee Experience* de Clima Organizacional, que tem como objetivo analisar a experiência dos colaboradores com seus ambientes de trabalho, líderes e práticas de gestão da Companhia.

A empresa dispõe da Política de Gestão de Fornecedores que estabelece diretrizes para seleção e monitoramento de sua cadeia, com base em critérios de *compliance*, socioambientais, e com foco em conformidade das operações da cadeia de valor com os direitos humanos. A Companhia conta com o apoio de empresa especialista terceirizada, que realiza análise de situação trabalhista, previdenciária, fiscal e social dos fornecedores, gerando uma nota de risco. Aspectos como utilização de mão obra forçada ou obrigatória também são apontados pela consultoria.

Ressalta-se também que todos os contratos de serviços, incluídos os fundiários e ambientais, firmados pela Companhia possuem cláusulas com premissas sobre Direitos Humanos, trabalho infantil ou análogo às condições de escravidão e ainda devem atender às diretrizes previstas na Política de SGIT.

Foi verificado que as SPEs associadas aos projetos, assim como a Taesa, não constam no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições

complementares de responsabilidade da concessionária de transmissão, consideradas as exceções e as condições definidas pela ANEEL.

⁴⁰ Disponível em <https://ri.taesa.com.br/en/taesa/awards-and-recognitions/>

análogas à de escravo (Lista Suja do Trabalho Escravo⁴¹). O referido Cadastro é disponibilizado e divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Governança

A Taesa possui Código de Conduta Ética e Compliance e Política Anticorrupção e Suborno, que abordam temas como transparência, brindes e cortesias, bem como combate à corrupção. A empresa também divulga outras políticas em relação a sua governança (de Pessoas Politicamente Expostas, de Prevenção a Fraudes, de Recepção e Tratamento de Denúncias, de Divulgação, de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, e outras), solidificando sua transparência e compromisso com a qualidade de administração. O tema é especialmente importante, tendo em vista o escopo de atuação da Companhia, que participa recorrentemente de leilões públicos. A empresa também afirma não estar envolvida no financiamento de atividades políticas. Não foi verificado o envolvimento direto ou indireto da Taesa em casos de controversos relacionado à governança corporativa.

A Companhia possui um Código de Conduta Ética cujo objetivo é “garantir e estabelecer as diretrizes gerais de comportamento a serem observadas e seguidas com relação aos padrões de conduta ética durante o desempenho das atividades profissionais”. O documento está disponível publicamente no *website* da Taesa.

Dúvidas sobre o documento podem ser esclarecidas por meio de um canal de comunicação que pode ser utilizado para a realização de denúncias de inconformidade. O canal é oferecido tanto ao público interno quanto externo. As denúncias são recebidas pela Comissão de Ética, e o processo de investigação é conduzido pela área de *Compliance*. Todo e qualquer relato ou solicitação de informações é tratado de forma confidencial, possuem opção de anonimato e o compromisso com a não retaliação.

Em relação à alta administração, destaca-se que o presidente do Conselho e o diretor-executivo não são a mesma pessoa, evitando a concentração de poder, que poderia ser prejudicial em termos de supervisão adequada da gestão. Ainda, 4 dos 13 membros do Conselho são independentes (30,1%). Não há representação feminina no Conselho e na Diretoria Executiva.

Ressalta-se que a Companhia não possui uma política de remuneração formal para a alta liderança. Segundo informações do Formulário de Referência de 2023, versão 4, a remuneração variável dos Diretores Estatutários contempla uma visão de de longo prazo, e inclui metas relacionadas a temas materiais para a Companhia, dentre eles a indicadores de taxa de frequência de acidentes e “Aderência ao Projeto Sustentabilidade, reformulado para enfatizar o avanço da Companhia no Sistema de Gestão Integrado e na obtenção das certificações nas Normas ISO”. Mais detalhes podem ser consultados no documento.

As Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP)⁴² da empresa são divulgadas no seu *website*. As DFP do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Não há parágrafos de

⁴¹ <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2023/abril/ministerio-do-trabalho-e-emprego-divulga-atualizacao-da-lista-de-empregadores-flagrados-utilizando-mao-de-obra-analoga-a-de-escravo> - Acesso em 17/08/2023.

⁴² Disponível em <https://ri.taesa.com.br/>



ressalva e ênfase nos relatórios dos auditores independentes sobre a referida DFP. Ressalta-se que o Relatório de Sustentabilidade da Taesa não foi verificado externamente.

Outras informações sobre a Diretoria, sobre seu Conselho de Administração Comitês, e outras políticas socioambientais e de governança são divulgadas publicamente no *website*⁴³ da empresa.

⁴³ Disponível em: <https://ri.taesa.com.br/compliance/politicas/>



4. Análise socioambiental dos projetos

Esta seção tem como objetivo avaliar a gestão socioambiental dos projetos elegíveis, visando identificar se os planos e programas implementados e previstos são capazes de medir, prevenir, mitigar e compensar seus eventuais impactos negativos. Dessa maneira, é possível confirmar a capacidade dos projetos em contribuir para o desenvolvimento sustentável de maneira consistente e para a transição para uma economia de baixo carbono. De forma complementar, foram pesquisadas controvérsias sociais e ambientais envolvendo os projetos. Não foram identificadas controvérsias de impacto significativo.

A avaliação dos projetos ocorreu a partir de 4 grandes dimensões; a saber: meio ambiente, gestão socioambiental, comunidades, e trabalhadores e fornecedores. Cada dimensão foi composta por itens específicos que aprofundam as análises e trazem informações complementares ao **Capítulo II**, de opinião e análise da emissão. Ao final, foram pesquisadas controvérsias sociais e ambientais envolvendo os projetos. Não foram identificadas controvérsias de impacto significativo.

A performance socioambiental considerou informações atuais e teve como referências a legislação brasileira e os Padrões de Desempenho (PD) da IFC – *International Finance Corporation*⁴⁴. Para fundamentar a avaliação dos PDs, foram usadas ferramentas e métodos de visualização de dados com o uso de Sistema de Informação Geográfica (SIG) e bases de dados de fontes oficiais e públicas.

As análises das dimensões e dos itens que compõem a avaliação estão detalhadas a seguir. Para cada dimensão, foi atribuída uma nota de desempenho – Superior (4), Confortável (3), Satisfatório (2), Insuficiente (1) e Crítico (0).

Projeto Ananai

No ano de 2021 a ANEEL realizou, por meio do Leilão 02/2021, ocorrido em 17 de dezembro de 2021, a licitação pública de concessões na área de transmissão de energia elétrica de cinco lotes, incluindo SEs de energia elétrica e LTs. Os vencedores de cada lote leiloados são os responsáveis por todas as etapas do empreendimento, ou seja, planejar, implantar, operar e manter as estruturas em bom funcionamento por um período mínimo de 30 anos consecutivos.

A Taesa sagrou-se vencedora do Lote 01, que contempla a implantação da LT 500 kV Ponta Grossa (PR) - Assis (SP), e da LT 525 kV Bateias (PR) - Curitiba Leste (PR), além da ampliação das quatro subestações. Foi formada pela Taesa a SPE Ananai Transmissora de Energia Elétrica S.A. para figurar como concessionária do referido lote.

A LT 500 kV Ponta Grossa (PR) - Assis (SP) está dimensionada para transmitir uma tensão de 500 kV, por meio de um circuito duplo de corrente alternada, passando pelos estados do Paraná e São Paulo. A LT totaliza aproximadamente 275 km e interceptará

⁴⁴ https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards

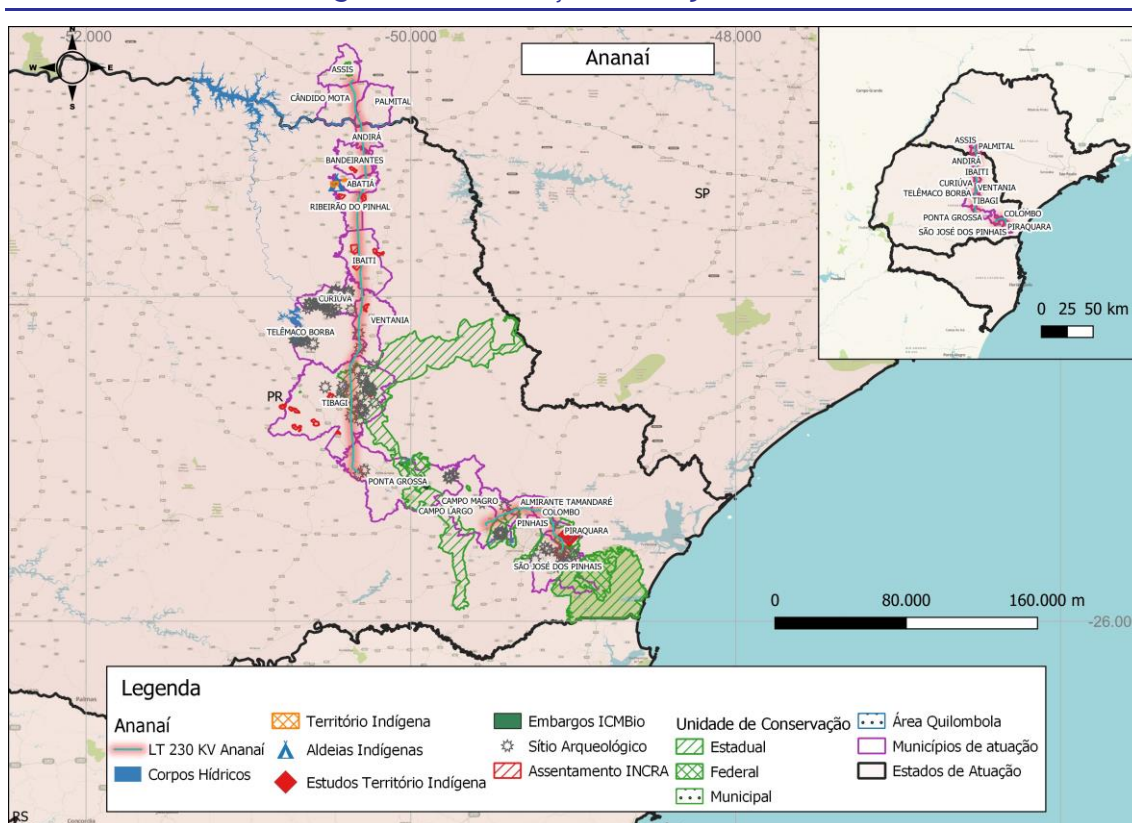
13 municípios⁴⁵. LT 525 kV Bateias (PR) - Curitiba Leste (PR), está dimensionada para transmitir uma tensão de 525 kV em circuito duplo. A LT possui aproximadamente 75 km e cruzará 7 municípios⁴⁶.

A implantação das LTs tem como objetivo melhorar a integração e disponibilidade de energia elétrica e a confiabilidade do SIN da Região Metropolitana de Curitiba e litoral, além de reforçar a interligação entre os estados de Paraná e São Paulo, e reduzir a sobrecarga das linhas que conectam Ibiúna e Itatiba (SP) a Bateias (PR) e Londrina (PR) a Assis (SP).

Os traçados escolhidos interceptarão predominantemente áreas rurais, com alguns trechos transpassando áreas de vegetação nativa e corpos hídricos relevantes. A LT 525 kV Bateias (PR) - Curitiba Leste (PR) também interceptará trechos urbanos. Para a instalação das LTs, serão necessárias faixas de servidão com larguras distintas, indo de 36 a 68 metros.

Mais detalhes a respeito do projeto Ananaí podem ser acessados no *website* da Taesa⁴⁷, que disponibiliza os estudos ambientais realizados e licenças obtidas. Abaixo é apresentado o mapa das LTs relacionadas ao projeto e das principais áreas de interesse mapeadas:

Figura 1 - Localização do Projeto Ananaí



Fonte: Taesa

⁴⁵ Assis, Cândido Mota, Palmital - SP; Andirá, Bandeirantes, Abatiã, Ribeirão do Pinhal, Ibiti, Curitiba, Ventania, Tibagi, Telêmaco Borba e Ponta Grossa - PR

⁴⁶ Campo Largo, Campo Magro, Almirante Tamandaré, Colombo, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais - PR.

⁴⁷ <https://institucional.taesa.com.br/licenciamento-ambiental-ananaí/>



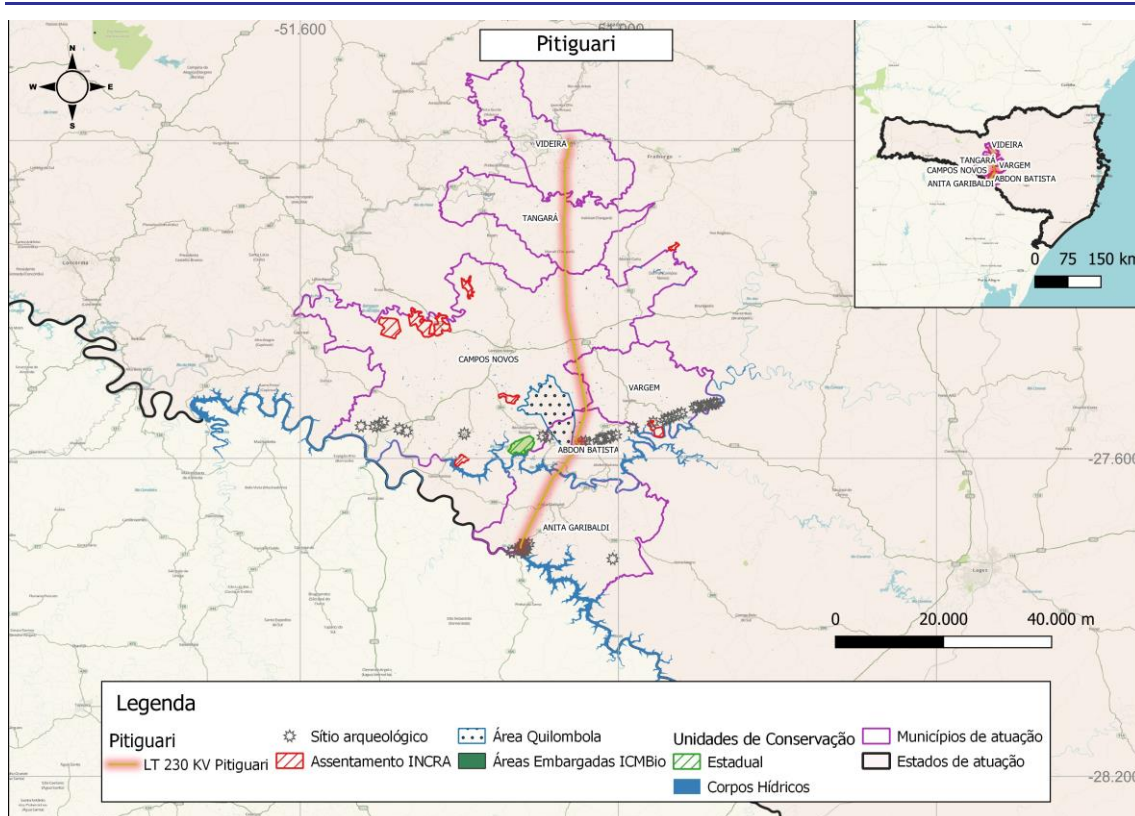
Projeto Pitiguari

A Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A. (Pitiguari) é concessionária de transmissão de energia elétrica responsável pelo planejamento, implantação, operação e manutenção do Lote 10 do Leilão nº 001/2022 da ANEEL. O referido lote é composto pela Linha de Transmissão 230 kV Abdon Batista - Videira C1 e C2 - CD e Linha de Transmissão 230 kV Abdon Batista - Barra Grande C3 - CS. As LTs possuem, respectivamente, 64,2km e 24,5km, e interceptam 6 municípios no estado de Santa Catarina.

A implantação, operação e manutenção das referidas LTs têm por objetivo reforçar o sistema de transmissão de energia elétrica em Santa Catarina, com o intuito de melhorar a confiabilidade do sistema frente à crescente demanda de energia na região de instalação. O prazo estipulado pela ANEEL para energização de Pitiguari é de 54 meses a partir da assinatura do contrato (março de 2028). O prazo da concessão está previsto para encerrar em 2052.

Mais detalhes a respeito do projeto Pitiguari podem ser acessados no *website* da Taesa⁴⁸, que disponibiliza os estudos ambientais realizados e licenças obtidas. Abaixo é apresentado o mapa da LT relacionada ao projeto e das principais áreas de interesse mapeadas:

Figura 2 - Localização do Projeto Pitiguari



Fonte: Taesa

Projeto Saíra

O projeto é referente ao lote 5 do Leilão de Transmissão nº 02/2022 da ANEEL, de dezembro de 2022, e está localizado no Rio Grande do Sul, com extensão de 743 km

⁴⁸ <https://institucional.taesa.com.br/licenciamento-ambiental-pitiguari/>

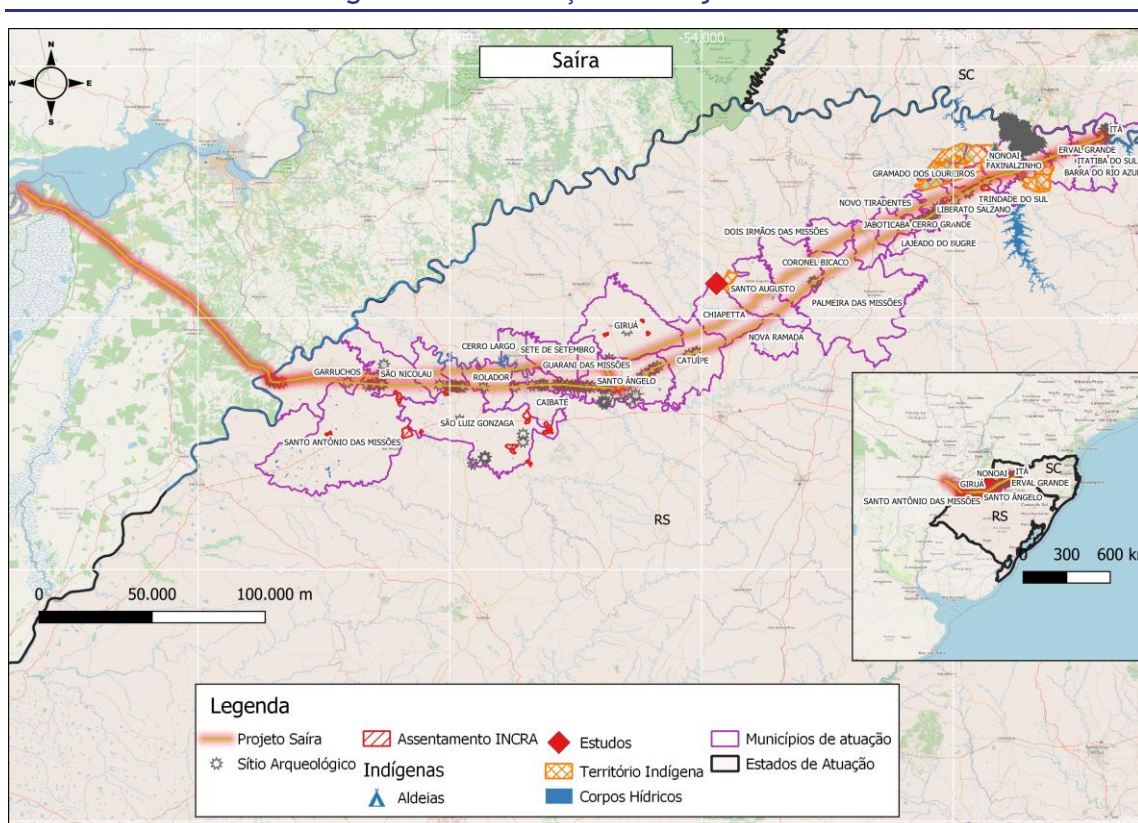


de linhas de transmissão de 500 kV e 3 subestações. O prazo estipulado pela ANEEL para a revitalização (retrofit) das instalações de Saíra é de março de 2028 e o prazo da concessão está previsto para encerrar em 2053⁴⁹. Vale notar que o empreendimento foi adquirido pela Taesa já em operação.

Nota-se que uma das SEs que fazem parte da linha, SE Garabi, é uma conversora que permite exportação e importação de energia elétrica para a Argentina, interligando os parques energéticos dos países⁵⁰. Os investimentos a serem realizados têm como objetivo a revitalização do sistema de comando, controle e de teleproteção das conversoras nas Instalações de Garabi I e II, e a operação das instalações e linhas de transmissão, dando continuidade da prestação do serviço público de transmissão pela vida útil remanescente da interligação com a Argentina.

É válido tomar ciência de que o projeto foi licenciado em 1998, de forma que não há registro digital de todas as evidências solicitadas pela NINT. Ainda, o EIA vinculado ao projeto é datado de 1997, podendo não fornecer um recorte preciso da atualidade. Abaixo é apresentado o mapa das LTs relacionadas ao projeto e das principais áreas de interesse mapeadas:

Figura 3 - Localização do Projeto Saíra



Fonte: Taesa

Projeto NovaTrans

O projeto é referente ao Leilão nº 002/2000 da ANEEL, de agosto de 2000. Como resultado do referido leilão, a Novatrans Energia S.A. (antiga operadora da linha) ganhou o

⁴⁹ <https://ri.taesa.com.br/sobre-a-taesa/concessoes/#1549991666592-55f80d68-f4fd> - Acesso em 21/08/2023

⁵⁰ <https://www.canalenergia.com.br/noticias/53242584/taesa-assina-contratos-de-concessao-dos-lotes-3-e-5> São dos lotes 3 e 5 - CanalEnergia



direito de Concessão do Grupo A - Interligação Norte-Sul II. O objeto desse leilão foi a outorga de Concessão e a contratação do Serviço Público de Transmissão, mediante implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão por um prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir da assinatura do respectivo Contrato de Concessão.

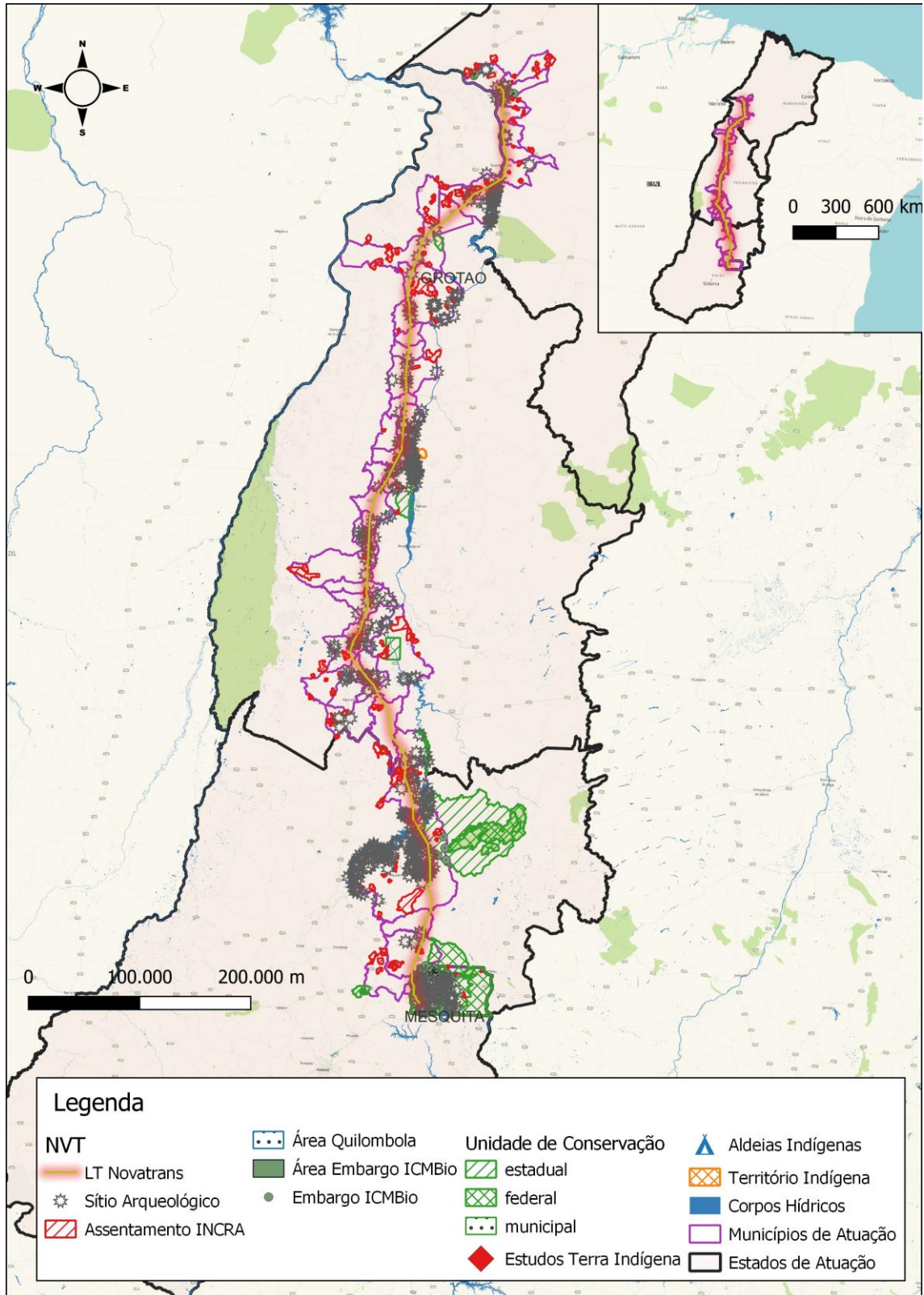
A Interligação Norte - Sul II possui 6 subestações, atravessa os estados de Maranhão, Tocantins, Goiás e o território do Distrito Federal, percorrendo em seus cerca de 1278 km, 8 municípios do estado do Maranhão, 34 municípios do estado de Tocantins, 7 municípios do estado de Goiás, e três Regiões Administrativas no Distrito Federal sendo assim a concessão de maior extensão da Taesa. As LTs entraram em operação em 2003, e fazem parte do sistema de transmissão que interliga as regiões Norte e Sudeste, sendo este o seu principal objetivo.

A LT conta com oito bancos de Capacitores Série que operam em modo fixo e variável e dez bancos de reatores. Em 2019, houve o reforço da concessão, recapacitando quatro Bancos de Capacitores Série 500kV nas LTs Miracema-Gurupi C2 e Serra da Mesa-Gurupi C2, com objetivo de permitir o aumento na capacidade de transferência de energia entre as regiões Norte, Nordeste e Sudeste pela Interligação Norte-Sul.

O traçado da LT abrange espaços com ocupações diversificadas, incluindo principalmente áreas preservadas, áreas com povoados urbanos, comunidades e assentamento rurais e áreas agricultáveis. Destaca-se que a maior parte do percurso da LT corresponde a áreas de vazio demográfico, ocupadas por vegetação de floresta Amazônica, cocais e cerrado.

Ressalta-se que a concessão foi adquirida pela Taesa já em operação, de forma que os estudos ambientais relacionados à obtenção de licenças prévias e de instalação não foram conduzidos sob a gestão da empresa. Abaixo é apresentado o mapa das LTs relacionadas ao projeto e das principais áreas de interesse mapeadas:

Figura 4 - Localização do Projeto Novatrans



Fonte: Taesa

- **Licenças e autorizações ambientais:**

Em linha com as Resoluções CONAMA nº 237/1997⁵¹ e nº 001/1986⁵², atividades relacionadas a transmissão de energia elétrica estão sujeitas ao licenciamento ambiental, por possuírem alto impacto. Segundo o Artigo 4º da Resolução CONAMA nº 237/97, empreendimentos localizados ou desenvolvidos em dois ou mais estados deverão ter seu processo de licenciamento ambiental de competência regional conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Ainda, a Resolução CONAMA nº 001/1986 define os critérios para implantação de linhas e redes de transmissão de energia elétrica e estabelece que, para as LTs com tensão (kV) maior ou igual a 230 kV, é necessária a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

Nota-se que as atualizações de status das licenças ambientais relacionadas a todos os projetos operados pela Taesa são divulgadas publicamente nos formulários de referência da Companhia.

Projeto Ananá:

Conforme mencionado, a LT 500 kV Ponta Grossa (PR) - Assis (SP) irá percorrer dois estados, de forma que o licenciamento ambiental do empreendimento deve ser realizado pelo IBAMA. Em linha com o exigido pela legislação, a Taesa protocolou no IBAMA, em 19/07/2022, a solicitação de licença ambiental federal, enviando o EIA do empreendimento. No momento, os documentos enviados estão sendo analisados pelo órgão, de forma que ainda não foram emitidas quaisquer licenças para a referida LT.

A solicitação de licença prévia para desenvolvimento de atividades da LT 525 kV Bateias - Curitiba Leste e subestações associadas foi realizada no dia 19/07/2022 ao Instituto Água e Terra (PR). Neste caso, o licenciamento deve ser feito no âmbito estadual. A LP foi emitida no dia 07/08/2023 e é válida até 07/08/2028.

Ressalta-se que a Companhia enviou ao IPHAN os levantamentos arqueológicos e recebeu a anuência do Órgão em relação às LPs para ambas as LTs. A anuência em relação à licença de instalação está condicionada a avaliação de impacto arqueológico que está sendo conduzida.

Vale notar que a SPE apresentou a autorização ambiental para realização de estudos de fauna silvestre, na fase de levantamento de fauna terrestre e aquática, envolvendo a captura, coleta e transporte de espécimes.

Projeto Pitiguari:

Ambas as LTs relacionadas ao projeto Pitiguari encontram-se em fase de obtenção das licenças prévias, não possuindo, portanto, licenças válidas no momento.

Tendo em vista que as LTs percorrem apenas o estado de Santa Catarina, e que não apresentam características que configurem impacto ambiental de âmbito nacional, o

⁵¹ <https://faolex.fao.org/docs/pdf/bra25095.pdf>

⁵² <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=95508>



processo de licenciamento ambiental consagra-se como competência estadual, sob responsabilidade do Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA/SC).

Considerando a legislação vigente, em especial o Art. 20 e Art. 32 da Lei Federal nº 11.428/2006⁵³ (Lei da Mata Atlântica), relacionadas à supressão da vegetação primária ou secundária em estágio avançado do Bioma Mata Atlântica, verificou-se a necessidade de apresentação do EIA para a seguir com o processo de licenciamento ambiental.

Em linha com o exigido pela legislação, a Taesa protocolou no IMA/SC, em 19/01/2023, a solicitação de licença ambiental, enviando o EIA do empreendimento. Ainda, em 09/03/2023, encaminhou ao IPHAN o Relatório de Avaliação do Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (RAPIPA) da área do empreendimento.

A SPE também apresentou a autorização ambiental para realização de estudos de monitoramento e levantamento de fauna silvestre.

Projeto Saíra:

Pelo fato de a Linha de Transmissão percorrer ambos os estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e de incluir uma área limítrofe entre o Brasil e a Argentina⁵⁴, o licenciamento foi realizado em âmbito federal, pelo IBAMA. A licença de operação foi expedida em 2015, em nome da Companhia de Interconexão Energética (antiga operadora da LT), e, posteriormente, concedida à Saíra pelo Órgão. A validade de sua licença é de 10 anos, indo até abril de 2025. A Companhia afirmou que não possui arquivos digitais relacionados às licenças prévia e de instalação, pois o empreendimento foi licenciado pela primeira vez em 1998.

Ademais, Companhia afirmou que ainda não protocolou no IBAMA a solicitação para a autorização das reformas nas instalações e substituição de equipamentos relacionadas ao Projeto.

Projeto NovaTrans:

O projeto passou pelo rito de licenciamento ambiental trifásico, conduzido pelo IBAMA. A licença previa e a licença de instalação foram concedidas em 2001. A Licença de Operação foi emitida em 2004 e renovada em setembro de 2011, com validade de dez anos, portanto vencida em setembro de 2021. A Taesa requereu ao IBAMA, em abril de 2021, a Renovação da Licença de Operação, dentro do prazo estipulado pelo Órgão. A renovação da licença ainda não foi expedida.

Ademais, Companhia protocolou no IBAMA a solicitação para a autorização das reformas nas instalações e substituição de equipamentos relacionadas ao Projeto e aguarda a manifestação do Órgão.

• Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e Certificados:

A Taesa possui um plano de gestão ambiental que norteia as atividades de todos os empreendimentos da *holding*. Esse plano é formado por identificação das legislações pertinentes via legnet, identificação da matriz de aspecto impacto, sistemas de controle ambiental, e planos de ação para mitigação dos impactos negativos relevantes.

⁵³ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm

⁵⁴ A concessão da Taesa se refere apenas ao trecho localizado no RS.



O SGIT faz parte deste plano e tem o objetivo de documentar as normas, processos e práticas a fim de padronizar as diferentes atividades da Companhia e habilitar a Taesa às certificações ISO, dentre elas, a ISO 14001⁵⁵, que estabelece diretrizes que devem ser seguidas para a elaboração de um SGA efetivo.

Projeto Ananái:

A Companhia afirmou nos RIMAs de ambas as LTs relacionadas ao projeto que, será implementado o Programa de Gestão e Supervisão Ambiental - PGSA, que visa “assegurar a qualidade ambiental da área de influência do empreendimento, por meio da gestão integrada da execução de todas as medidas mitigadoras e programas ambientais propostos, além de supervisionar as atividades da obra para cumprir todas as condições legalmente estipuladas.”⁵⁶.

Projeto Pitiguari:

Segundo informações do RIMA⁵⁷, o empreendimento conta com um Programa de Gestão Ambiental que “envolve gerenciamento e acompanhamento de todas as medidas das atividades construtivas e da efetividade das ações propostas nos planos e programas que serão executados pelo empreendedor ao longo do período de implantação das linhas de transmissão. Serão realizadas ações de supervisão, orientação e fiscalização das atividades dos programas, bem como o atendimento à legislação ambiental.”.

Projeto Saíra:

Não foram encontradas informações específicas relacionadas ao SGA deste projeto. Contudo, vale lembrar o empreendimento foi adquirido pela Taesa em operação, e que a *holding* possui um plano de gestão ambiental aplicável a todos seus empreendimentos.

Projeto NovaTrans:

O EIA do empreendimento apresenta um capítulo dedicado ao SGA da LT Norte-Sul II, que basicamente visa articular as diferentes ações mitigadoras que integram os Programas Ambientais, de modo a atender às demandas emergentes durante as diferentes etapas do Empreendimento, incluindo o acompanhamento e avaliação contínuos dos Programas, bem como da implementação de ajustes que se julguem necessários.

Ainda, a própria elaboração do EIA demonstra a gestão realizada, uma vez que foram realizados estudos de impacto abrangentes, considerando uma faixa de estudo em 20 km ao redor da LT, com a caracterização de elementos do meio físico, biótico e socioeconômico impactados. Além das análises de impactos, a escolha do traçado foi realizada utilizando-se sistema de informações geográficas (SIG) e processamento digital de imagens.

Tendo em vista os impactos identificados, foram propostas medidas mitigadoras, a serem realizadas por meio de programas ambientais. Da mesma forma, foram propostas medidas compensatórias para os casos em que os impactos não são passíveis de mitigação. É importante notar que a Companhia enviou evidências de que realiza

⁵⁵ <https://www.iso.org/iso-14001-environmental-management.html>

⁵⁶ https://institucional.taesa.com.br/wp-content/uploads/2022/10/RIMA_PGR-ASS_web.pdf

⁵⁷ https://institucional.taesa.com.br/wp-content/uploads/2023/05/14005_RIMA_v00_final.pdf



programas ambientais previstos no Projeto Básico Ambiental (PBA), como o Programa de Educação Ambiental (PEA) e o Programa de Comunicação Social (PCS).

Ambiental



- **Interferência em áreas legalmente protegidas:**

A identificação de interferência em áreas sensíveis ou legalmente protegidas é parte do processo realizado pela Companhia para a definição do traçado das LTs e fez parte dos EIAs dos projetos Ananaí e Pitiguari, realizados pela Taesa em conjunto com uma consultoria ambiental especializada. Os projetos Saíra e NovaTrans, foram adquiridos já em operação, de forma que os EIA foram realizados pelas empresas responsáveis na época de instalação dos empreendimentos.

Projeto Ananaí:

Conforme informações do RIMA da LT 500 kV Ponta Grossa (PR) - Assis (SP), foram identificadas 10 Unidades de Conservação na Área de Estudo do empreendimento⁵⁸, sendo sete de uso sustentável e três de proteção integral. O traçado da LT interceptará diretamente a APA Estadual da Escarpa Devoniana, em 187,06 hectares, que consiste numa UC estadual de uso sustentável, cujo órgão gestor é o IAT. O empreendimento afetará ainda a Zona de Amortecimento da Unidade de Conservação Parque Estadual do Guartelá (PEG), em 19,77 km de extensão. Neste caso, o Plano de Manejo do PEG não apresenta impedimento para a instalação do empreendimento.

Ainda assim, a Resolução CONAMA nº 428/2010⁵⁹ estabelece que o licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental que possam afetar UCs ou suas Zonas de Amortecimento (ZA), só poderá ser concedido após autorização do órgão responsável pela administração da UC. Conforme parecer concedido pelo IAT (PR), não há impedimentos para implementação da atividade, desde que respeitadas medidas mitigadoras e compensatórias previstas em licenças.

Num raio de 10km do empreendimento há 11 áreas consideradas prioritárias pelo Ministério do Meio Ambiente, que ocupam 393.059,76 km², sendo áreas com potencial de plantio para restauração florestal, ação obrigatória para instalação do empreendimento.

Ademais, os estudos conduzidos pela Companhia identificaram, num raio de 500 m do empreendimento, 1.218 Áreas de Proteção Permanente (APP), com área total de 3.027,15 ha, sendo 25,32% em áreas modificadas pelo homem, 74,36% em áreas de vegetação nativa e 0,32% em massas d'água. Dessas, 385 APPs, com cerca de 187,16 hectares, serão diretamente afetadas pelo empreendimento.

Em relação à LT 525 kV Bateias - Curitiba Leste, foram identificadas 12 UCs próximas ao empreendimento, cinco delas serão interceptadas pelo traçado da LT, sendo todas Estaduais de Uso Sustentável, geridas pelo IAT. Ainda, num raio de 10km do empreendimento há 03 áreas consideradas prioritárias para a conservação da biodiversidade pelo Ministério do Meio Ambiente.

⁵⁸ Foi considerada como Área de Estudo para análise das alternativas o *buffer* de 50 km do traçado.

⁵⁹ <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=112844>



Ademais, foram mapeados num raio de 500 m do empreendimento, 871 APPs, com área total de 1.532,17 ha, sendo 26% em áreas modificadas pelo homem, 73% em áreas de vegetação nativa e 1% em massas d'água. As florestas localizadas nestas áreas formam corredores ecológicos importantes para conservação da flora e fauna da região. 248 APPs, com cerca de 90,27 hectares, serão interceptadas diretamente pela Área Diretamente Afetada, sendo a maioria de cursos d'água com largura menor que 10 metros. A maior parte das APPs diretamente afetadas pela LT (74%) estão com vegetação nativa, sendo as Florestas Ombrófilas as mais impactadas.

Tendo em vista os impactos do empreendimento, foram propostos 15 corredores ecológicos, em uma distância de 500 metros da LT.

Ressalta-se que, por serem empreendimentos classificados como de utilidade pública, a supressão da vegetação é permitida em APPs, desde que a empresa obtenha as licenças de supressão da vegetação necessárias e que siga os procedimentos determinados no Programa de Controle de Supressão Vegetal, processos que serão acompanhados durante o processo de licença de instalação. Ainda, como forma de compensar demais desequilíbrios ecológicos causados em UCs e áreas sensíveis, a Taesa possui o Programa de Recuperação das Áreas Degradadas e o Programa de Resgate e Transplante de Germoplasma Vegetal.

Projeto Pitiguari:

Conforme informações do RIMA, cerca de 5.127,33 ha de áreas prioritárias para conservação estão inseridas na área de influência do empreendimento. Foram identificadas 2.549,38 ha de terras de reserva legal e 2.719,12 ha APPs.

Ainda, duas UCs estão localizadas em municípios atravessados pelo empreendimento. Contudo, os estudos realizados indicam que não haverá interferência do empreendimento nessas áreas ou em suas zonas de amortecimento, visto que elas se encontram a mais de 6,9 km do traçado das LTs.

Projeto Saíra:

Conforme as informações disponibilizadas no EIA, as LTs do Projeto Saíra não interceptam nenhuma Unidade de Conservação, contudo, o traçado da LT intercepta quatro parques estaduais do Rio Grande do Sul. Não há menção sobre impactos em APPs ou outras áreas protegidas. Segundo o documento, a fim de mitigar os impactos, foi elaborado um Programa de Proteção à Fauna e Flora durante as Obras e o Programa de Reabilitação das Áreas Degradadas.

Projeto NovaTrans:

Conforme o EIA, o traçado escolhido para a LT foi considerado a melhor opção tendo em vista, dentre outros aspectos, a proximidade com a rodovia Belém-Brasília, área já antropizada, na qual a vegetação encontra-se bastante fragmentada e descaracterizada pela utilização acentuada, além de permitir o acesso para as atividades de construção e manutenção, reduzindo a necessidade de abertura de novas vias de acesso.

Ainda, o documento ressalta que evitou-se a construção nas margens do rio Tocantins, local de vegetação bastante preservada e com Áreas de Preservação Permanentes. Apesar disso, a LT possui interferência em diversas zonas sensíveis, incluindo áreas legalmente protegidas como APPs, UCs entre outras.



A Tabela abaixo apresenta a situação do traçado da LT Norte-Sul em relação as Unidades de Conservação existentes na região.

Tabela 5 - Unidades de conservação na All do empreendimento

Unidades de Conservação	UF	Categoria de Uso	Distância da LT Norte-Sul II
Parque Nacional de Brasília	DF	Proteção Integral	17,2 km
Parque Ecológico do Rio Descoberto	DF	Proteção Integral	170 m
APA da Bacia do Rio Descoberto	DF	Uso Sustentado	Interceptada
Floresta Nacional de Brasília	DF	Uso Sustentado	1,8 km
Reserva Ecológica Estadual Serra do Lajeado	TO	Proteção Integral	28,0 km
Parque Ecológico e de Uso Múltiplo Veredinha	DF	Proteção Integral	8,1 km
Parque Ecológico e de Uso Múltiplo Setor "O"	DF	Proteção Integral	12,4 km
Parque Ecológico e de Uso Múltiplo Três Meninas	DF	Proteção Integral	9,3 km
Parque Ecológico e de Uso Múltiplo Recanto das Emas	DF	Proteção Integral	11,6 km

Fonte: EIA Projeto Novatrans

Como forma de mitigar e compensar os impactos, foram propostos elaborados programas de recuperação das áreas degradadas, treinamento da mão-de-obra, realização de campanhas de conscientização sobre a importância da conservação vegetal, entre outros.

Interferência na biodiversidade local:

Projeto Ananái:

A interferência na biodiversidade local fez parte dos estudos realizados para as LTs. Foram realizadas pesquisas para identificação de flora, incluindo pesquisas em campo. Foram identificadas 10 espécies em risco de extinção na região da LT 500 kV Ponta Grossa (PR) - Assis (SP) e 8 na região da LT 525 kV Bateias (PR) - Curitiba Leste (PR). Ressalta-se que a supressão de vegetação nativa será necessária para a implantação das LTs. Informações detalhadas acerca da quantidade de supressão e as espécies específicas que serão suprimidas farão parte do Inventário Florestal, a ser elaborado em etapas futuras de licenciamento.

Também foi realizado, com as devida autorizações, levantamentos da fauna local e dos impactos que os processos de instalação e operação das LTs gerarão para os animais. Como forma de mitigar os impactos dos empreendimentos, a Taesa desenvolveu programas como o Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre, Programa de Afugentamento e Resgate de Fauna, Programa de Compensação Florestal, entre outros, que podem ser consultados nos EIA/RIMA.

Projeto Pitiguari:

A interferência na biodiversidade local fez parte do EIA realizado. Foram realizados estudos do meio biótico, incluindo a caracterização da vegetação da fauna, além da

avaliação das áreas protegidas e prioritárias para conservação localizadas nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento. Foram realizadas pesquisas em campo e identificadas espécies em diferentes graus de ameaças de extinção.

Ressalta-se que a supressão de vegetação nativa será necessária para a implantação das LTs, e deverá ocorrer somente mediante autorização do órgão ambiental. A supressão vegetal deve ocorrer em uma área de 32,0047 hectares, o que significa dizer 8,5% de toda a cobertura vegetal existente na Área Diretamente Afetada (ADA) será suprimida. Como forma de mitigar o impacto, a Companhia implementará o Programa de Compensação Florestal, realizando o plantio direto de espécies nativas para recuperação da cobertura vegetal do mesmo volume do material florestal que foi retirado.

Em especial, a supressão de Araucárias poderá ter impacto relevante, visto que é uma espécie predominante na região e de importância ambiental, que está ameaçada de extinção.

Também foi realizado, com as devida autorizações, um levantamento da fauna local e dos impactos que os processos de instalação e operação da LT gerarão para os animais. Como forma de mitigar os impactos dos empreendimentos, a Taesa desenvolveu programas como o Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores, Plano Ambiental para Construção, Programa de Afugentamento e Resgate de Fauna, Programa de Monitoramento da Avifauna.

Projeto Saíra:

A interferência na biodiversidade local fez parte do EIA realizado para a LT 500 kV do Projeto Saíra. Foram realizados trabalhos em campo, levantamentos bibliográficos e geoprocessamento para identificação de flora. Ressalta-se que a supressão de vegetação nativa será necessária para a implantação da LT.

Também foi realizado um levantamento da fauna local com base em registros históricos da região que foram elaborados utilizando antigos relatos de naturalistas que visitaram a região em épocas passadas. Como forma de mitigar os impactos dos empreendimentos, foram desenvolvidos programas como o Programa de Proteção à Fauna e Flora durante as Obras, que pode ser consultado no EIA/RIMA.

Projeto NovaTrans:

Assim como para os projetos anteriores, a interferência na biodiversidade local fez parte do EIA realizado para a LT. Foram realizados trabalhos em campo, levantamentos bibliográficos e análise de imagens de satélite para identificação da flora local. Destaca-se que a área de influência da LT Norte-Sul II está inserida especialmente no domínio do Cerrado, havendo áreas de Floresta Estacional Semidecidual e Ombrófila Aberta, fragmentadas. Ressalta-se que a supressão de vegetação nativa foi necessária para a implantação da LT. Como forma de mitigar os impactos, foram propostas medidas mitigadoras, dentre as quais se destacam ao PCS, voltado a conscientização da população, e o Programa de Recuperação das Áreas Degradadas.



Também foi realizado um levantamento da fauna local com base em coletas de dados secundários e campanhas em campo. Os programas de mitigação relacionados envolvem campanhas de conscientização, treinamento com funcionários e orientações técnicas para construção e operação do empreendimento.

- **Gestão de resíduos sólidos e efluentes:**

O aumento na geração de resíduos sólidos e efluentes nas regiões dos projetos está entre os impactos mapeados pela Taesa para todos os projetos analisados. Esse impacto é ocasionado pela instalação do empreendimento, e pode provocar a deposição incorreta dos resíduos, sobrecarregando os serviços de saneamento e saúde. Ainda, podem ocorrer derramamentos de efluentes, substâncias químicas ou decomposição de resíduos sólidos que podem alterar a qualidade da água e do solo.

Contudo, a Companhia possui Programas de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, buscando o controle da destinação dos resíduos e a educação ambiental para deposição correta desses resíduos, evitando a sobrecarga nos serviços de saneamento e saúde.

- **Recursos hídricos:**

Os principais impactos relacionados aos recursos hídricos são decorrentes do assoreamento de corpos hídricos e alteração na qualidade da água, que podem ocorrer caso haja a indução de novos processos erosivos. Esses impactos serão monitorados e mitigados por meio dos respectivos Programa de Controle e Monitoramento de Processos Erosivos e Programas de Monitoramento da Qualidade da Água (ou similares), que estão presentes em todos os projetos analisados.

- **Emissões atmosféricas e gases do efeito estufa (GEE):**

Os impactos relacionados às emissões de gases de efeito estufa são pouco materiais para os projetos. O principal impacto identificado relacionado ao tópico é em relação a emissão de material particulado e gases de combustão durante a fase de obras. Para mitigar os impactos, os empreendimentos contam com Programas de Controle de Emissões Atmosféricas ou Programas de Monitoramento da Qualidade do Ar, que visam monitorar e controlar a emissão de materiais particulados (tipicamente poeira gerada pelo possível aumento no tráfego de veículos, máquinas e equipamentos em vias não pavimentadas) e outros gases, de forma a minimizar os efeitos negativos sobre a população e o meio ambiente.

Comunidades



Confortável

- **Saúde e segurança da comunidade:**

Segundo diagnóstico realizado nos estudos para cada um dos projetos, os potenciais impacto sociais negativos do empreendimento são diversos, dentre eles: a criação de expectativas negativas, conflitos e insegurança; sobrecarga na infraestrutura e nos serviços públicos; incômodo à população; deterioração dos bens materiais; desvalorização imobiliária; inviabilização de benfeitorias, propriedades e atividades econômicas; aumento da taxa de criminalidade; aumento da taxa de incidência de doenças, consumo de álcool e droga; aumento da taxa de incidência prostituição/ exploração



sexual; retração do mercado de bens e serviços; alteração da paisagem; riscos à saúde decorrentes de efeitos induzidos por campos eletromagnéticos.

Também foram mapeados impactos positivos, quais sejam: aumento da oferta e segurança energética; incremento do mercado de trabalho, bens e serviços.

Nesse sentido, a Companhia afirmou que, durante o processo de planejamento dos empreendimentos, são realizados planos de comunicação prévia (anterior às audiências públicas), com o objetivo de criar um canal de comunicação e interação entre os órgãos ambientais, a Taesa e os moradores da área de influência das LTs, de modo a manter as comunidades informadas sobre o empreendimento e seus possíveis impactos. Ainda, são realizadas audiências públicas, nas quais a população local tem a oportunidade de debater os impactos dos empreendimentos.

Como forma de prevenir e mitigar os impactos negativos, foram elaborados programas como o Programa de Comunicação Social, Programa de Negociação e Indenização para o estabelecimento da Faixa de Servidão e Acessos; Programa de Mobilização e Desmobilização da Mão de Obra, ou similares.

Ainda, os estudos realizados apontam medidas para cada um dos impactos identificados, como forma de reduzi-los ou compensá-los. Destacam-se ações de comunicação, que visam a sensibilização dos funcionários e da comunidade acerca de tópicos sensíveis, como prostituição, consumo de álcool e outras drogas, criminalidade, entre outros.

- **Impacto em comunidades tradicionais:**

Projeto Ananai:

Segundo o EIA/RIMA da LT 500 kV Ponta Grossa (PR) - Assis (SP), foram identificadas duas Terras Indígenas nas áreas de estudos da LT, sendo elas a Yvyoporã Laranjinha e a Laranjinha, das etnias Guarani Nhandeva e Guarani Kaingang respectivamente. Ambas se encontram a mais de 5 quilômetros do empreendimento - distância considerada como área de impacto das Linhas de Transmissão, de acordo com a Portaria Interministerial nº 60, de 24/03/2015.

A Terra Indígena Yvyoporã Laranjinha, localizada nos municípios de Abatiá e Santa Amélia, se encontra a 15,36 quilômetros de distância da LT. A Terra Indígena Laranjinha, localizada nos municípios de Santa Amélia, Ribeirão do Pinhal, Cornélio Procópio e Abatiá, se encontra a 11,93 quilômetros da referida LT.

Em relação às Comunidades Quilombolas, existem 4 comunidades certificadas nos municípios da área de estudos. Todavia, nenhuma possui o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), processo de regularização que dá titulação da terra ocupada para a comunidade que ocupa o território. Apesar disso, a Comunidade Água Morna está com seu processo de titulação em andamento e com portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU). Sendo assim, apenas a Comunidade Água Morna possui seu território demarcado na base de dados do instituto, ela está a cerca de 27,4 km de distância do projeto de traçado do empreendimento.

Ainda, a Companhia identificou a presença da Comunidade Tradicional Colônia Faria a menos de 5 km da LT, assim, no âmbito do processo de licenciamento ambiental, foi realizada a Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) durante a fase de elaboração do EIA/RIMA, junto à comunidade.

Foram realizadas reuniões com membros da comunidade, nas quais representantes locais expressaram preocupação com os impactos sobre o patrimônio material da comunidade (território, vegetação, fauna etc.) e imaterial (modo de vida e dialeto), além de apresentar descontentamento quanto ao impacto causado pela alteração da paisagem. Apesar dos esclarecimentos realizados pela Taesa, a Associação de Moradores da Colônia Faria (AMICI) indicou ser contrária à passagem da LT em seu território e não se mostrou interessada em eventuais contrapartidas do empreendedor.

A Associação propôs um traçado alternativo para a passagem da LT. Contudo, segundo a Companhia, a variante proposta extrapola os limites estabelecidos pela EPE para o Leilão ANEEL 002/2021, os quais já determinam a região espacial com o menor impacto socioambiental possível com base em diversos estudos realizados nas etapas pré-leilão. Ainda, o traçado proposto afeta uma área maior do fragmento de Floresta Ombrófila Mista Montana e demandaria a remoção de 15 residências que teriam que ser realocadas. Por fim, identificou-se que o traçado sugerido pela AMICI passaria no local proposto para ampliação do setor de 69 kV da subestação existente SE Santa Mônica, inviabilizando tal ampliação futuramente, e afetando a distribuição de energia da região.

Assim, com base nas evidências apresentadas, avalia-se que a Companhia conduziu de forma adequada o processo de Consulta Livre, Prévia e Informada em linha com boas práticas de mercado. Apesar disso, o empreendimento gerará impactos negativos à comunidade. Nesse sentido a Companhia executará programas visando minimizar esses impactos, como o Programa de Capacitação, Contratação e Desmobilização da Mão de Obra Local, Programa de Comunicação Social, entre outros.

Em relação à LT 525 KV BATEIAS (PR) - CURITIBA LESTE (PR), a Companhia afirmou ter realizado consulta às bases de dados da Fundação Palmares, não tendo identificado comunidades remanescentes de quilombos com Relatório Técnico de Identificação e Delimitação válidos ou com processos abertos nos municípios interceptados pelo empreendimento.

Em relação a existência de terras indígenas, a pesquisa realizada nos bancos de dados da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) não identificou terras indígenas regularizadas nas áreas de instalação do empreendimento. No entanto, no município de Piraquara existe a terra indígena Araçaí (Karugá), de etnia Guarani, atualmente em fase de estudo (Portaria 615 - 11/06/2008) e localizada a cerca de 7 km de distância do traçado da linha de transmissão.

Projeto Pitiguari:

Segundo o RIMA do projeto, o traçado da LT se encontra, no ponto de maior proximidade, a cerca de 670 metros dos limites do território da Comunidade Remanescente de Quilombos (CRQ) Invernada dos Negros, estando, portanto, na área de influência direta da LT.

Segundo documentos disponibilizados pela Emissora, foram realizadas duas reuniões consultivas com a comunidade, nas quais foram discutidos aspectos do plano de trabalho a ser desenvolvido. Segundo ofício do INCRA, o “Plano de Trabalho passou por análise técnica e por apreciação participativa da comunidade quilombola Invernada dos Negros, sendo avaliado como aprovado”.

Assim, em linha com a legislação vigente, estão sendo desenvolvidos, junto à equipe técnica do INCRA, o Estudo do Componente Quilombola (ECQ), para avaliação dos impactos do empreendimento específicos sobre a comunidade, e o Plano Básico Ambiental Quilombola, para definição junto à comunidade de ações e programas para prevenção, mitigação e compensação dos possíveis impactos da instalação do empreendimento. Ressalta-se que a aprovação da LP está condicionada à aprovação do ECQ.

Não foi identificada influência do empreendimento em outras comunidades tradicionais.

Projeto Saíra:

O EIA do projeto não menciona impactos em comunidades tradicionais. Ainda, segundo documento do IBAMA de fevereiro de 1998, o EIA/RIMA do empreendimento foi disponibilizado em diversos locais para consulta da população, que teve o prazo de 45 dias para solicitar Audiência Pública, conforme determina a Resolução CONAMA N° 009, de 03 de dezembro de 1987⁶⁰. Não foram encontradas evidências de que o projeto teve impacto significativo para comunidades tradicionais.

Projeto NovaTrans:

Conforme o EIA/RIMA apresentado, e informações obtidas por meio de geoprocessamento, o traçado da LT Norte-Sul II atravessa ou tangencia as seguintes Terras Indígenas:

- Terra Indígena Avá-Canoeiro, em Goiás, a qual é atravessada por 13 km de LT;
- Terra Indígena Apinayé, no município de Toncantinópolis (TO), onde a LT passa a 4,6km desta área, na margem do rio Tocantins, oposta à reserva;
- Terras Indígenas Xerente e Funil, nos municípios de Tocantínia e Aparecida do Rio Negro (TO); Terras Indígenas Kraolância, nos municípios de Itacajá e Goiatins (TO) e, Terra Indígena Krikati nos municípios de Montes Claros (MA), localizadas em municípios interceptados pela LT, porém há mais de 15 km do empreendimento, portanto, com nível mínimo de interferência.

Os principais impactos da construção da LT relacionados aos povos indígenas impactados mencionados no EIA do empreendimento são:

- i. Remoção de cobertura vegetal atual e perda de habitat;
- ii. Intensificação do tráfego;
- iii. Alteração no quadro de saúde das populações indígenas envolvidas;
- iv. Fricção interétnica.

Nesse sentido, como forma de mitigar os impactos apresentados, foi realizado um estudo a respeito dos povos Avá-Canoeiro e Apinayé, e elaboradas medidas visando mitigar os impactos mencionados. Destacam-se o Programa de Treinamento da Mão-de-obra alocada na obra e o Programa de Interferências em Áreas Indígenas, realizados em parceria com órgãos especializados, em especial a FUNAI, visando garantir a convivência social harmônica entre os trabalhadores com as populações indígenas. Não foram fornecidas informações detalhadas sobre como esses programas foram conduzidos.

⁶⁰ http://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=60

Destaca-se também que, como parte da compensação dos impactos gerados na Comunidade Indígena Avá Canoeiro (GO), por meio do Programa de Compensação Ambiental, foi realizada a instalação de painéis fotovoltaicos *off grid* na Unidade Básica de Saúde (UBS) da aldeia. Conforme carta disponibilizada à NINT, a Taesa solicitou à FUNAI, em novembro de 2021, a emissão da quitação integral das obrigações referentes a Compensação Ambiental da LT 500 kV Norte - Sul II. Não foram mencionadas medidas compensatórias específicas relacionadas às outras comunidades indígenas impactadas.

É importante notar, contudo, que os principais impactos negativos relacionados à comunidade indígena Avá-Canoeiro ocorreram por conta da implantação da UHE Serra da Mesa e UHE Cana Brava, sendo a primeira usina diretamente conectada à LT 500 kV Norte - Sul II.

Segundo aponta o levantamento do Mapa de Conflitos da Fiocruz⁶¹, a etnia Avá-Canoeiro foi oficialmente reconhecida pela FUNAI em 1983, demarcada em 1996, mas homologada apenas em abril de 2023⁶². Durante esse período, o território foi palco de inúmeros conflitos, incluindo disputas com fazendeiros, garimpeiros, posseiros e outras partes interessadas. Destaca-se a construção da represa e o enchimento do lago da UHE Serra da Mesa: “o principal e mais contundente conflito que o grupo enfrentou nas últimas décadas”.

O levantamento afirma que a usina, apesar de seu grande impacto, não contou com EIA, uma vez que a lei que passou a exigí-los ainda não estava em vigor à época de seu licenciamento ambiental, em 1986. A inundação do lago da represa tomou 10% do território Avá-Canoeiro, e outros impactos vieram com a construção das estradas de acesso, linhas de transmissão, rebaixamento das águas do rio Tocantins (atraindo garimpeiros), retirada de material argiloso para as construções da UHE, entre outros. Apesar disso, conforme mencionado na seção Opinião, avalia-se que a Taesa não pode ser responsabilizadas pelos impactos, podendo atuar com medidas compensatórias e mitigadoras, como vem fazendo.

Além do mencionado, não foram há evidências de impactos em outras comunidades tradicionais.

- **Reassentamento involuntário:**

Projeto Ananaí:

Segundo os documentos e informações apresentadas pela Companhia, os traçados da LT 500 kV Ponta Grossa (PR) - Assis (SP) não exigirão o reassento involuntários de pessoas ou comunidades. Destaca-se que a maior extensão de cobertura de uso da terra na região afetada é hoje destinada em à agropecuária e à plantação de pinus/eucalipto.

Nesse sentido, essas atividades produtivas podem sofrer interferência durante a fase de instalação, e no caso da silvicultura, a atividade não é permitida na faixa de

⁶¹ <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/com-387-mil-hectares-de-terras-em-disputa-povo-ava-canoeiro-luta-pela-conclusao-do-processo-de-homologacao-de-seu-territorio-demarcado-desde-1996/>

⁶² <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2023/04/29/ava-canoeiro-conheca-terra-indigena-em-goias-demarcada-por-lula.ghml>



servidão durante a fase de operação, pois devido à altura elevada das espécies plantadas, a cultura representa um risco para o funcionamento seguro da LT.

Culturas sazonais, como a soja, o feijão e o milho, podem ser suprimidas para as obras de passagem do empreendimento. Todavia, durante a fase de operação as lavouras poderão voltar a ter o seu cultivo. Já no que diz respeito às propriedades, foram mapeadas 416 propriedades que podem ser afetadas pelo empreendimento que serão devidamente indenizadas.

A área de influência da LT 525 KV BATEIAS (PR) - CURITIBA LESTE (PR), possui a elevado grau de urbanização: cerca de 88% da população mora nas cidades. Contudo, a maior parte da área projetada para instalação da LT perpassa propriedades de caráter rural, sendo mais comuns as áreas de plantios sazonais ou pastos. No que diz respeito a essas propriedades, não haverá desapropriações, todavia, algumas benfeitorias podem ser realocadas com a devida compensação financeira.

Projeto Pitiguari:

Segundo o RIMA do empreendimento, as faixas de servidão das LTs não interceptam áreas urbanizadas e demograficamente adensadas, interferindo majoritariamente em áreas rurais, com atividades agropecuárias. Ademais, não estão previstos processos de desapropriações ou reassentamentos relacionados à instalação das linhas de transmissão.

Ressalta-se que, para a passagem das LTs, será estabelecida a faixa de servidão por meio da Declaração de Utilidade Pública (DUP), de forma que os proprietários que mantêm a posse das terras, serão indenizados pela concessionária pelas restrições de uso decorrentes da servidão.

Projeto Saíra:

O EIA relacionado ao projeto não menciona a necessidade de a necessidade de remoção/relocação de pessoas. Ademais, a pesquisa independente em relação ao tema não indicou necessidade de reassentamento involuntário.

Projeto NovaTrans:

Segundo o EIA da Companhia, as áreas no entorno da LT que sofreram os impactos diretos nos momentos de construção eram localizadas majoritariamente em zona urbana: 82,08% das propriedades visitadas na fase de estudos estavam localizadas na zona urbana e 17,92% em povoados rurais. Segundo os estudos, em algumas das áreas com características periurbanas, caracterizadas por significativo adensamento populacional, havia a necessidade de realização de remanejamentos populacionais. Não foram mencionadas informações acerca do número de pessoas ou famílias remanejadas. Ademais, em áreas rurais, a realocação de benfeitorias estava prevista.

Como forma de compensar os impactos, foi proposto o Programa de indenização de propriedades, benfeitorias e remanejamento da população. Não foram fornecidas informações detalhadas sobre como esses programas foram conduzidos, porém não foram identificadas, em pesquisa independente, controvérsias envolvendo reassentamento involuntário ou questões correlatas.



- **Impacto em sítios arqueológicos e paleontológicos:**

Segundo os EIAs relacionados aos projetos, a definição do traçado das LTs utilizou ferramentas de geoprocessamento que identificam o melhor caminho com base em atributos pré-estabelecidos, dentre eles, a existência de sítios arqueológicos e paleontológicos.

Interferências em sítios arqueológicos devem ser evitadas, pois são áreas sensíveis, com relevância histórica e cultural. De forma semelhante, a interferência em sítios paleontológicos também deve ser evitada, devido à sua importância para estudos científicos e no entendimento da evolução das espécies.

Esses patrimônios são protegidos por lei, e os impactos são de duração permanente e irreversível, sendo necessário cumprir as medidas preventivas, como estudos nos locais em que serão realizadas as obras, para evitar a destruição desses patrimônios.

Projeto Ananaí:

Segundo consta no EIA das LTs, a consulta ao banco de dados de sítios georreferenciados do IPHAN mostrou que não há sítios arqueológicos cadastrados na ADA pela LT 500 kV Ponta Grossa (PR) - Assis (SP). Contudo, na Área de Influência Indireta (AID), estão localizados 04 sítios, a menos de 300 metros da Faixa de Servidão da Linha. Já na ADA da LT 525 kV Bateias (PR) - Curitiba Leste (PR), encontram-se 3 sítios arqueológicos, e na AID, 25 sítios.

Em atendimento às exigências do IPHAN, foram realizados estudos arqueológicos e patrimoniais para o processo de licenciamento das linhas. Os RAPIPAs, que apresentam os dados obtidos em campo e a avaliação de potencial impacto, foram protocolados no IPHAN e se encontram em análise junto ao Órgão.

Ressalta-se que a interferência sobre patrimônio paleontológico pode ocorrer devido às escavações em solo e rocha, fundação e montagem das torres, movimentações de solo, assim como devido à movimentação de veículos e equipamentos. Nesse sentido, nota-se que a Companhia criou programas ambientais buscando a evitar os impactos.

Projeto Pitiguari:

Segundo o EIA, para o levantamento do patrimônio histórico, cultural e arqueológico, foram consultadas as bases de dados do IPHAN sobre os bens registrados e tombados a nível federal; da Fundação Catarinense de Cultura (FCC) sobre os bens acautelados à nível estadual, e as Prefeituras Municipais a respeito dos bens acautelados à nível municipal.

Foram identificados diversos bens tombados na Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento, sendo que apenas 1 na ADA das LTs. Também foram identificados Bens Culturais Imateriais na região.

Quanto ao patrimônio arqueológico, dados secundários disponíveis no Cadastro de Sítios Arqueológicos (CSA) do IPHAN, apontaram a existência de 129 sítios arqueológicos na AII do projeto e 32 nas áreas de influência direta.

Em linha com as normas do IPHAN e resolução do Consema, a Companhia submeteu ao IPHAN um processo específico de licenciamento para estudo dos bens culturais acautelados⁶³, que foi devidamente aprovado, culminando na anuência do Órgão em relação à licença ambiental prévia.

Ademais, foi protocolado o Projeto de Avaliação e Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (PAPIPA) atendendo às orientações do Órgão, que autorizou a realização dos estudos em campo, concluídos em novembro de 2022. Os resultados estão sendo consolidados para apresentação do RAPIPA ao IPHAN.

Projeto Saíra:

Segundo o EIA do empreendimento, a pesquisa a respeito dos sítios arqueológicos e paleontológicos foi realizada junto IPHAN em 1997. No levantamento, foi constatada a existência 138 sítios arqueológicos nas áreas dos municípios atravessados pela LT. A maior parte destes sítios podem ser classificados como sítios de ocupação indígena, pré-históricos e históricos.

Ressalta-se que a alta incidência de sítios arqueológicos na região de implantação da LT exigiu que fosse realizada prospecção arqueológica durante a implantação do projeto, visando o levantamento de possíveis vestígios de ocupação humana do passado, na ADA.

Para evitar e mitigar os impactos, foi elaborado o Programa de Resgate e Salvamento dos Valores Arqueológicos, Históricos e Culturais.

Projeto NovaTrans:

Segundo o EIA do empreendimento, para o levantamento do patrimônio histórico, cultural e arqueológico, foram consultadas informações em instituições especializadas, como a Biblioteca Nacional, Museu do Índio, Museu Nacional da UFRJ, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Fundação IBGE e Biblioteca do IPHAN, no Rio de Janeiro.

Foram identificados diversos sítios na região de implementação do empreendimento, principalmente nos municípios de Niquelândia, Minaçu e Colinas do Sul. Destaca-se que pesquisas similares haviam sido feitas na região, tendo em vista a existência da LT Norte Sul I, já instalada paralelamente à LT Norte-Sul II, e que envolveu uma pesquisa arqueológica na área.

Vale notar que, na época do estudo, havia apenas um sítio mapeado na área de influência localizada no Tocantins e nenhum de registro de sítios no território maranhense (na região de interesse). Conforme mostra a [Figura 4](#), diversos sítios foram mapeados desde então.

Nesse sentido, foi elaborado o programa de estudos e preservação do patrimônio arqueológico, com os objetivos de aprofundamento dos estudos arqueológicos realizados na região e acompanhamento das obras civis para evitar e minimizar impactos. Não foram fornecidas informações detalhadas sobre como esses programas foram conduzidos.

⁶³ N° do processo no IPHAN 01510.000520/2022-49.



- **Condições de Trabalho e Gestão da Relação com os Trabalhadores:**

Aspectos relacionados às condições de trabalho fazem parte do SGIT, sendo “disseminar a cultura de segurança para evitar acidentes” um dos quatro compromissos listados pela Política. A Companhia possui diretrizes claras que orientam as ações voltadas a garantir a segurança do trabalho de seus colaboradores, assim como de funcionários de terceiros, buscando o alinhamento com a ISO 45001⁶⁴.

Segundo apresentação enviada pela Companhia, há um engajamento constante de lideranças em temas relacionados à saúde e segurança, com participação em reuniões periódicas sobre o tema, acompanhamento *in loco* dos gerentes de projeto nos empreendimentos em construção, participação em fóruns e comitê relacionados ao tema, além do acompanhamento e de avaliação constante do desempenho de indicadores de segurança.

Para a contratação de serviços de EPC (*engineering, procurement, and construction*), ressalta-se a inclusão de cláusulas voltadas a garantir as contratadas cumpram a legislação trabalhista, em especial aspectos de saúde e segurança como fornecimento de equipamentos de proteção, realização de treinamentos, entre outros. Os contratos incluem um quadro no qual são descritas as principais violações relacionadas ao tema, exigindo que a contratada se comprometa com ações de medidas de prevenção relacionadas às violações descritas.

A Taesa enviou o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de cada um dos projetos, atendendo ao requisito da Norma Regulamentadora n° 01 (NR-1) e buscando “preservar a saúde e a integridade física dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.”. Também foi apresentado o inventário de perigos e ações relacionados aos empreendimentos.

Ademais, a Taesa apresentou os PGRs das empresas terceirizadas, assim como os respectivos Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional e indicou que realiza o monitoramento de indicadores de saúde e segurança para colaboradores próprios e terceirizados envolvidos no projeto.

⁶⁴ <https://www.iso.org/iso-45001-occupational-health-and-safety.html>

5. Método

A análise da NINT é baseada em uma metodologia proprietária, fundamentada em standards reconhecidos internacionalmente. Ela é composta de duas etapas:

- 1) Avaliação da Emissão - avaliar se a aplicação dos recursos possui potencial de impacto ambiental positivo, condizente com a condição de Título Sustentável. Para isso, comparamos a emissão aos quatro componentes dos *Green Bond Principles (GBP)* e *Social Bond Principles (SBP)*.
 - Uso dos Recursos (*Use of Proceeds*): propósito da emissão e alinhamento desse com as categorias dos *Green Bond Principles*, *Social Bond Principles*, *Climate Bonds Taxonomy* e *European Union Taxonomy*;
 - Processo de Seleção e Avaliação de Projetos (*Process for Project Evaluation and Selection*): procedimentos utilizados na escolha dos ativos e projetos investidos, alinhamento desses com a estratégia da empresa e garantia de benefícios socioambientais associados;
 - Gestão dos Recursos (*Management of Proceeds*): procedimento para gestão financeira dos recursos captados, para garantir a destinação para atividades elegíveis como verdes ou sociais;
 - Relato (*Reporting*): Divulgação de informações sobre controle e alocação de recursos, bem como dos impactos positivos esperados das operações financiadas com os recursos.

- 2) Performance ASG da Empresa - avaliamos a empresa operadora do projeto de acordo com melhores práticas de sustentabilidade por meio de standards reconhecidos internacionalmente, como GRI⁶⁵ e outros. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:
 - Políticas e práticas para medição, prevenção, mitigação e compensação dos riscos ASG de suas atividades;
 - Contribuição da empresa para o desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas;
 - Controvérsias⁶⁶ que a empresa está envolvida.

Essa análise é composta de 3 dimensões e 10 temas, priorizados de acordo com a materialidade de cada tema para a empresa:

Tabela 6 - Políticas e práticas analisadas

Dimensão	Tema
Ambiental	• Licenciamento e Áreas protegidas (IFC-PS nº6)
	• Impacto na biodiversidade local (IFC-PS nº6)
	• Utilização de materiais de menor impacto (IFC-PS nº3)

⁶⁵ <https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>

⁶⁶ O conceito de controvérsia é baseado na publicação “CONTROVÉRSIAS ASG 2017” (<https://www.sitawi.net/publicacoes/controversias-asg-2017/>). Que define controvérsias como fatos divulgados em veículos de mídia, manifestações de outros grupos de interesse, como grupos de trabalhadores e movimentos sociais, bem como decisões de órgãos fiscalizadores e reguladores.



	<ul style="list-style-type: none"> Resíduos e ciclo de vida do projeto (IFC-PS nº3)
Comunidades	<ul style="list-style-type: none"> Diálogo com comunidades no entorno (IFC-PS nº4) Impacto em comunidades tradicionais (IFC-PS nº7) Reassentamento involuntário (IFC-PS nº5) Impacto em sítios arqueológicos e culturais (IFC-PS nº8)
	<ul style="list-style-type: none"> Condições de trabalho dos empregados diretos e terceirizados (IFC-PS nº2) Ações de não-discriminação na contratação e ambiente de trabalho (IFC-PS nº2)
	<ul style="list-style-type: none"> Sistema de gestão socioambiental (IFC-PS nº1)
	<ul style="list-style-type: none"> Transparência (IFC-PS nº1)
Gestão Socioambiental	

Fonte: NINT

Legendas

Tabela 7 - Níveis de Asseguração

Níveis de asseguração	
Razoável	Uma avaliação na qual o risco de asseguração é aceitavelmente baixo dentro das circunstâncias do engajamento realizado. A conclusão é expressa de uma forma que transmite a opinião do profissional sobre o resultado da avaliação em relação aos critérios observados.
Limitado	Uma avaliação na qual o risco de asseguração do engajamento realizado é maior do que para um nível de asseguração razoável, porém ainda assim capaz de embasar os principais argumentos utilizados na análise.

Fonte: NINT

Nível de performance do projeto/empresa

●●●● Superior

A empresa ou o projeto possui as melhores práticas naquela dimensão, se tornando referência para outras empresas no desempenho ASG por meio da busca de inovação e melhoria contínua, contribuindo assim de maneira relevante para o desenvolvimento sustentável, inclusive com compromissos de manter essa contribuição no longo prazo.

●●●○ Confortável

O projeto ou a empresa cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico, além de estar alinhado com padrões internacionais de sustentabilidade (ex: IFC Performance Standards e GRI), contribuindo de forma ampla para o desenvolvimento sustentável.

●●○○ Satisfatório

O projeto ou a empresa cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.



●○○○ Insuficiente

O projeto ou a empresa não cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.

○○○○ Crítico

A empresa ou projeto não apresenta evidências de seu desempenho na dimensão específica.

Controvérsias

Tabela 8 - Níveis de Severidade e Responsividade relacionados às controvérsias

Níveis de Severidade	
Pouco significativo	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , mas não causa danos ou causa danos mínimos que não necessitam de remediação.
Significativo	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente aos <i>stakeholders</i> , mas a remediação dos impactos causados é simples e com custo pouco significativo.
Muito significativo	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , sendo o nível de dificuldade e custo de remediação medianos.
Crítico	Descumpre a lei e afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , sendo os danos irremediáveis ou com remediação difícil ou custosa.
Níveis de Responsividade	
Proativa	Além da empresa agir de maneira remediativa diante de uma controvérsia, ela adota medidas que vão além da sua obrigação. Adicionalmente, a empresa realiza procedimentos sistemáticos para evitar que o problema ocorrido se repita.
Remediativa	A empresa realiza as ações necessárias para correção dos danos e se comunica adequadamente com os <i>stakeholders</i> impactados.
Defensiva	A empresa realiza ações insuficientes para correção dos danos ou emite comunicado sem realização de ações corretivas.
Não-responsiva	Não há qualquer ação ou comunicação da empresa em relação à controvérsia.

Fonte: NINT

6. Green Bond Principles Form

Green Bond / Green Bond Program

External Review Form

Section 1. Basic Information

Issuer name: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

Bond ISIN or Issuer Bond Framework Name, if applicable: 1st series: BRTAEEDBS0T8; 2nd series: BRTAEEDBS0U6; 3rd series: BRTAEEDBS0V4.

Independent External Review provider's name: NINT - Natural Intelligence.

Completion date of this form: August 28th, 2023

Date of the review: August 28th, 2024 (estimated)

Section 2. Overview

SCOPE OF REVIEW

The review:

- assessed the 4 core components of the Principles (**complete review**) and confirmed the alignment with the GBP.
- assessed only some of them (**partial review**) and confirmed the alignment with the GBP; please indicate which ones:

<input type="checkbox"/> Use of Proceeds	<input type="checkbox"/> Process for Project Evaluation and Selection
<input type="checkbox"/> Management of Proceeds	<input type="checkbox"/> Reporting
- assessed the alignment with other regulations or standards (CBI, EU GBS, ASEAN Green Bond Standard, ISO 14030, etc.); please indicate which ones: *CBI*

ROLE(S) OF INDEPENDENT REVIEW PROVIDER

- Second Party Opinion
- Verification
- Other (*please specify*):
- Certification
- Scoring/Rating

Does the review include a sustainability quality score⁶⁷?

- Of the issuer
- Of the project

⁶⁷ The external review may indicate the provider's opinion of the overall sustainability quality of a bond or bond framework and assess whether it has a meaningful impact on advancing contribution to long-term sustainable development.



- Of the framework
- No scoring
- Other (please specify): Of the UoP

ASSESSMENT OF THE PROJECT(S)

Does the review include:

- The environmental and/or social features of the type of project(s) intended for the Use of Proceeds?
- The environmental and/or social benefits and impact targeted by the eligible green and/or social Project(s) financed by the Green, Social or Sustainability Bond?
- The potentially material environmental and/or social risks associated with the project(s) (where relevant)?

ISSUER'S OVERARCHING OBJECTIVES

Does the review include:

- An assessment of the issuer's overarching sustainability objectives and strategy and the policies and/or processes towards their delivery?
- An identification and assessment of environmental, social, and governance related risks of adverse impact through the Issuer's [actions] and explanations on how they are managed and mitigated by the issuer?
- A reference to the issuer's relevant regulations, standards, or frameworks for sustainability-related disclosure and reporting?

CLIMATE TRANSITION STRATEGY⁶⁸

Does the review assess:

- The issuer's climate transition strategy & governance?
- The alignment of both the long-term and short/medium-term targets with the relevant regional, sector, or international climate scenario?
- The credibility of the issuer's climate transition strategy to reach its targets?
- The level/type of independent governance and oversight of the issuer's climate transition strategy (e.g. by independent members of the board, dedicated board sub-committees with relevant expertise, or via the submission of an issuer's climate transition strategy to shareholders' approval).
- If appropriate, the materiality of the planned transition trajectory in the context of the issuers overall business (including the relevant historical datapoints)?

⁶⁸ Where issuers wish to finance projects towards implementing a net zero emissions strategy aligned with the goals of the Paris Agreement, guidance on issuer level disclosures and climate transition strategies may be sought from the [Climate Transition Finance Handbook](#).



- The alignment of the issuer’s proposed strategy and targets with appropriate science-based targets and transition pathways ⁶⁹ that are deemed necessary to limit climate change to targeted levels?
- The comprehensiveness of the issuer’s disclosure to help investors assess its performance holistically⁷⁰?

Overall comment on this section: NINT acted as a second-party opinion provider on the issuance and holds the view that the bond is aligned with the Green Bond Principles and thus eligible to market as a Green Bond.

Section 3. Detailed Review

Reviewers are encouraged to provide the information below to the extent possible and use the comment section to explain the scope of their review.

1. USE OF PROCEEDS

Does the review assess:

- the environmental/social benefits of the project(s)?
- whether those benefits are quantifiable and meaningful?
- for social projects, whether the target population is properly identified?

Does the review assess if the issuer provides clear information on:

- the estimated proceeds allocation per project category (in case of multiple projects)?
- the estimated share of financing vs. re-financing (and the related lookback period)?

Overall comment on this section: The use of proceeds meets the eligibility requirements as they fall under the ‘Electrical Grids and Storage Criteria’ of the Climate Bonds Taxonomy and under the ‘Transmission and Distribution of Electricity’ defined by the EU Taxonomy. Moreover, it is aligned with the GBP’s renewable energy category.

The overall issuance amount stands at R\$ 800,000,000.00, distributed across three series with ten, twelve and fifteen-years tenure. The proceeds will be used for reimbursement (8%) and future payments (92%) related to capital expenditures (CAPEX) for energy transmission lines.

The issuance is set to finance four distinct projects, namely Novatrans, Saíra, Pitiguari, and Ananaí. The scope of these projects encompasses the construction of two new

⁶⁹ GHG emissions reduction targets that are in line with the scale of reductions required to keep the average global temperature increase to ideally 1.5°C, or at the very least to well below 2°C above pre-industrial temperatures. Science Based Targets Initiative (SBTi) is a branded verification body for science-based targets and SBTi verification is one way for issuers to validate the alignment of their emission reduction trajectories with science-based reference trajectories. In addition, ICMA has published a [Methodologies Registry](#) which includes a list of tools to specifically help issuers, investors, or financial intermediaries validate their emission reduction trajectories..

⁷⁰ Including information such as the respective contribution (e.g. %) of the different measures to the overall reduction, the total expenses associated with the plan, or the issuer’s climate policy engagement.



transmission lines, both projected to be operational by March 2027. Additionally, two of them are focused on the enhancement of existing transmission infrastructure, encompassing transformers, reactors, and substations.

It's important to highlight that these transmission lines will either be interconnected with or are already part of the Brazilian Interconnected Transmission System (SIN, in Portuguese). This underscores that their purpose is not limited to the transmission of non-conventional renewable energy sources.

The total allocation is expected to occur until December 2025, within 28 months after the issuance.

2. PROCESS FOR PROJECT EVALUATION AND SELECTION

Does the review assess:

- whether the eligibility of the project(s) is aligned with official or market-based taxonomies or recognized international standards? Please specify which ones.⁷¹
- whether the eligible projects are aligned with the overall sustainability strategy of the issuer and/or if the eligible projects are aligned with material ESG-related objectives in the issuer's industry?
- the process and governance to set the eligibility criteria including, if applicable, exclusion criteria?
- the processes by which the issuer identifies and manages perceived social and environmental risks associated with the relevant project(s)?
- any process in place to identify mitigants to known material risks of negative social and/or environmental impacts from the relevant project(s)?

Overall comment on this section: The internal process for project evaluation and selection used by Taesa considered the project's environmental impacts/benefits and legal compliance. The selected projects are expected to improve the interconnection between Brazilian regions and are incentivized debentures⁷², aimed at financing infrastructure investment projects, considered priority by the Federal Government.

NINT's review regarding this principle considered the GHG emissions intensity of the transmission system, impacts on land use and on legally protected areas, implications for affected communities and vulnerable groups (including indigenous people and other self-identified traditional groups), adaptation/resilience strategies against climate change, and other relevant topics.

The projects are aligned with the Climate Bonds Standards' Electrical Grids and Storage Criteria Mitigation Component, as the SIN, to which the lines are or will be connected, has an average emission factor less than 100 gCO₂e/kWh. However, NINT identified non-compliance with the CBI Adaptation & Resilience Component, as the issuer did not provide evidence that the assets are appropriately adaptive and resilient to climate change.

⁷¹ The EU Taxonomy, CBI Taxonomy, UK Taxonomy, China catalogue, etc.

⁷² <https://www.gov.br/mcom/en/access-to-information/programs-and-actions/incentivized-debentures>



3. MANAGEMENT OF PROCEEDS

Does the review assess:

- the issuer's policy for segregating or tracking the proceeds in an appropriate manner?
- the intended types of temporary investment instruments for unallocated proceeds?
- Whether an external auditor will verify the internal tracking of the proceeds and the allocation of the funds?

Overall comment on this section: The overall issuance amount stands at R\$ 800,000,000.00, distributed across three series with ten, twelve and fifteen-years tenure. These funds constitute 34.8% of the estimated eligible costs associated with the designated projects.

The funds are expected to be fully allocated until December 2025, 28 months after the issuance. In the meantime, the proceeds will be allocated in the issuer's account, in highly liquid Bank Deposit Certificates (CBD), and later will be directed to the Special Purpose Entities (SPE) that manage each project, or directly allocated in the project (Novatrans Project is part of the holding company), according to the need of each project. Thus, the temporary allocation presents a low risk of contamination of the funds by carbon-intensive and other controversial activities.

The issuer will annually report the allocation of the funds to the trustee, until the proceeds are fully used. Furthermore, incentivized debentures are underpinned by a robust mechanism that tracks fund usage diligently, supported by stringent penalties in case of deviation from the intended projects. Moreover, the bond indenture has clauses foreseeing the possibility of non-automatic early maturity in case the proceeds are not used in the expected projects.

4. REPORTING

Does the review assess:

- the expected type of allocation and impact reporting (bond-by-bond or on a portfolio basis)?
- the frequency and the means of disclosure?
- the disclosure of the methodology of the expected or achieved impact of the financed project(s)?

Overall comment on this section: Taesa is committed to annually reporting the environmental benefits of the projects throughout their lifespan. The following environmental indicators will be publicly reported on the issuer's website:

- i. Provision of transmission services to Green Users⁷³;
- ii. Monitoring and disclosure of controversies and accidents related to the projects;

⁷³ Green Users are power plants that generate energy from non-conventional renewable sources: wind, solar, biomass thermal and small hydroelectric plants.



- iii. Status of environmental licenses and compliance with their conditions;
- iv. Average emission factor of the SIN in the last 5 years (emissions of tonCO₂eq/MWh generated in the SIN).

Information regarding the allocation of funds will be reported annually to the trustee, who will be responsible for verifying the information until the proceeds are fully allocated. Additionally, Taesa has committed to reporting the fund allocation to NINT within 24 months after the issuance.

The described environmental and financial information will undergo external review by NINT within 24 months after issuance.

Both this second-party opinion report and the post-issuance verification report will be made publicly available on Taesa's website.

Section 4. Additional Information

Useful links (e.g. to the external review provider's methodology or credentials, to the full review, to issuer's documentation, etc.)

<https://ri.taesa.com.br/sustentabilidade/>

<https://institucional.taesa.com.br/licenciamento-ambiental-ananai/>

<https://institucional.taesa.com.br/licenciamento-ambiental-pitiguari/>

Analysis of the contribution of the project(s) to the UN Sustainable Development Goals: The eligible projects contribute to SDGs 7 and 13.

Additional assessment in relation to the issuer/bond framework/eligible project(s): The assessment considered the socio-environmental performance of the targeted projects, in accordance with Brazilian legislation and the International Finance Corporation Performance Standards. Data visualization tools and methodologies, including Geographic Information Systems (GIS) and databases from official and public sources, were utilized to support the evaluation.

Anexo I - Controvérsias das UHEs Serra da Mesa e Cana Brava

Realizou-se uma pesquisa de controvérsias das Usinas Hidrelétricas Serra da Mesa e Cana Brava, posto que o Projeto Novatrans envolve o escoamento de energia diretamente destas UHEs, que estão vinculadas a controvérsias socioambientais desde a época de suas construções, nas décadas de 1990 e 2000.

Os resultados da pesquisa de controvérsias são apresentados no Quadro 2. Cabe ressaltar que as usinas não fazem parte do portfólio da Emissora, portanto, esta pesquisa de controvérsias não inclui o nível de responsividade que as controladoras das usinas possam ter manifestado para cada caso.

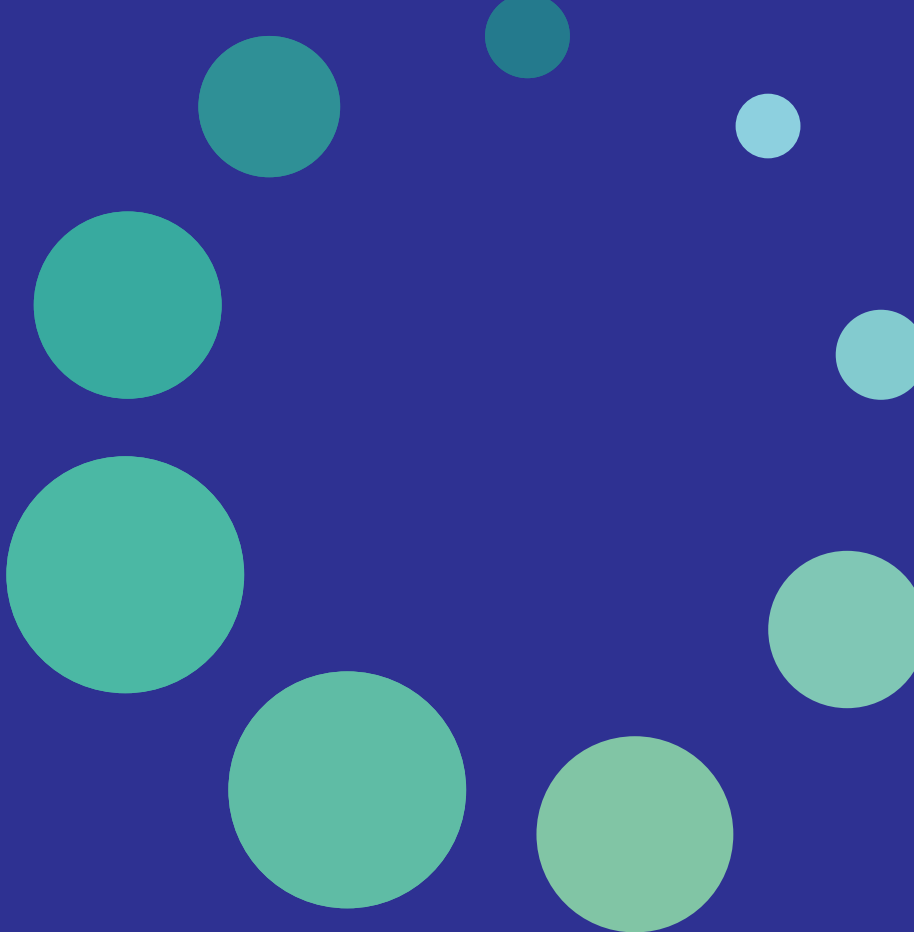
Quadro 2 - Controvérsias vinculadas às UHEs Serra da Mesa e Cana Brava

Ambiental	Explicação	Impacto
(2020) Licenciamento ambiental da UHE Serra da Mesa estava vencido desde 2005.	Promotora de Justiça da Comarca de Uruaçu descobriu que licenciamento ambiental da UHE Serra da Mesa estava vencido a 15 anos. Processo de renovação está parado a anos e o empreendimento continua funcionando normalmente, sem prestar qualquer tipo de informação sobre os impactos ambientais; e sobre a existência, ou não, de mecanismos efetivos de controle desses impactos. (1)	Falta de informações a respeito do impacto do empreendimento.
Social	Explicação	Impacto
(Década de 2000) Reassentamento involuntário.	A construção da Usina Hidrelétrica de Cana Brava provocou o deslocamento compulsório de centenas de famílias, sendo que muitas não foram indenizadas corretamente. (2)	Dificuldade em definir o número de pessoas deslocadas. Segundo relatos, ao contrário do desenvolvimento prometido com a construção da barragem não ocorreu e gerou pobreza, ausência de perspectiva de vida e terras expropriadas.
(Décadas de 1990 até dias de hoje) Conflitos entre o povo Avá-Canoeiro e a construção das represas para a UHE Serra da Mesa e Cana Brava.	Em 1993, as obras da UHE Serra da Mesa entraram em andamento e foi iniciado o reassentamento dos remanescentes da etnia Avá-Canoeiro, que seriam transferidos de sua aldeia para uma nova, fora da área a ser inundada. Foi estabelecida uma indenização monetária de dois milhões de dólares aos indígenas e os recursos deveriam ser utilizados pela Funai para custear programas de preservação da cultura da etnia. Em 1996, uma reportagem divulgou que o represamento do rio Tocantins seria interrompido, pois não contava com estudos de impactos ambientais. Após isto, ficou determinado que as concessionárias deveriam entrar em acordo com a Funai para preservar a etnia e a inundação do lago da represa tomou 10% de seu território, havendo compensação através do estabelecimento do Posto Indígena Avá-Canoeiro, dentro da TI. Em 2018, o MPF destacou que a usina Cana Brava provocou o alagamento de parte da TI Avá-Canoeiro de forma ilegal, já que a inundação não havia sido planejada durante o processo de licenciamento da obra, e pelo fato de empreendimentos como este não poderem afetar terras indígenas. (3)	Alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território.

As fontes utilizadas na pesquisa de controvérsias são apresentadas a seguir:



- 1) Reportagem sobre licenciamento ambiental da UHE Serra da Mesa, 2020. Disponível em: <https://excelencianoticias.com.br/2020/03/13/licenciamento-ambiental-da-uhe-serra-da-mesa-vencido-ha-15-anos-preocupa-mpf-e-mp-go/>
- 2) Artigo do Mapa de Conflitos, 2023. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fio-cruz.br/conflito/com-387-mil-hectares-de-terras-em-disputa-povo-ava-canoeiro-luta-pela-conclusao-do-processo-de-homologacao-de-seu-territorio-demarcado-desde-1996/>
- 3) Artigo da Universidade Federal de Uberlândia, 2018. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ah-UKEwjE58bY5P-AAxVxqJUCHeorBbcQFnoECCgQAQ&url=https%3A%2F%2Fseer.ufu.br%2Findex.php%2Fcampoterritorio%2Farticle%2Fdownload%2F41203%2F25696%2F196831&usg=AOvVaw2j8X9xi3R5g6BDhqfDRjHQ&opi=89978449>



Rio de Janeiro | São Paulo | Bogotá | Quito

www.nintgroup.com